

Carolina Ferreira da Fonseca
Karla Emmanuela Ribeiro Hora
Camilo Vladimir de Lima Amaral
Pedro Dutra Britto
Thiago de Araújo Costa
(organização)

HABITAR O CAMPO

experiências e reflexões

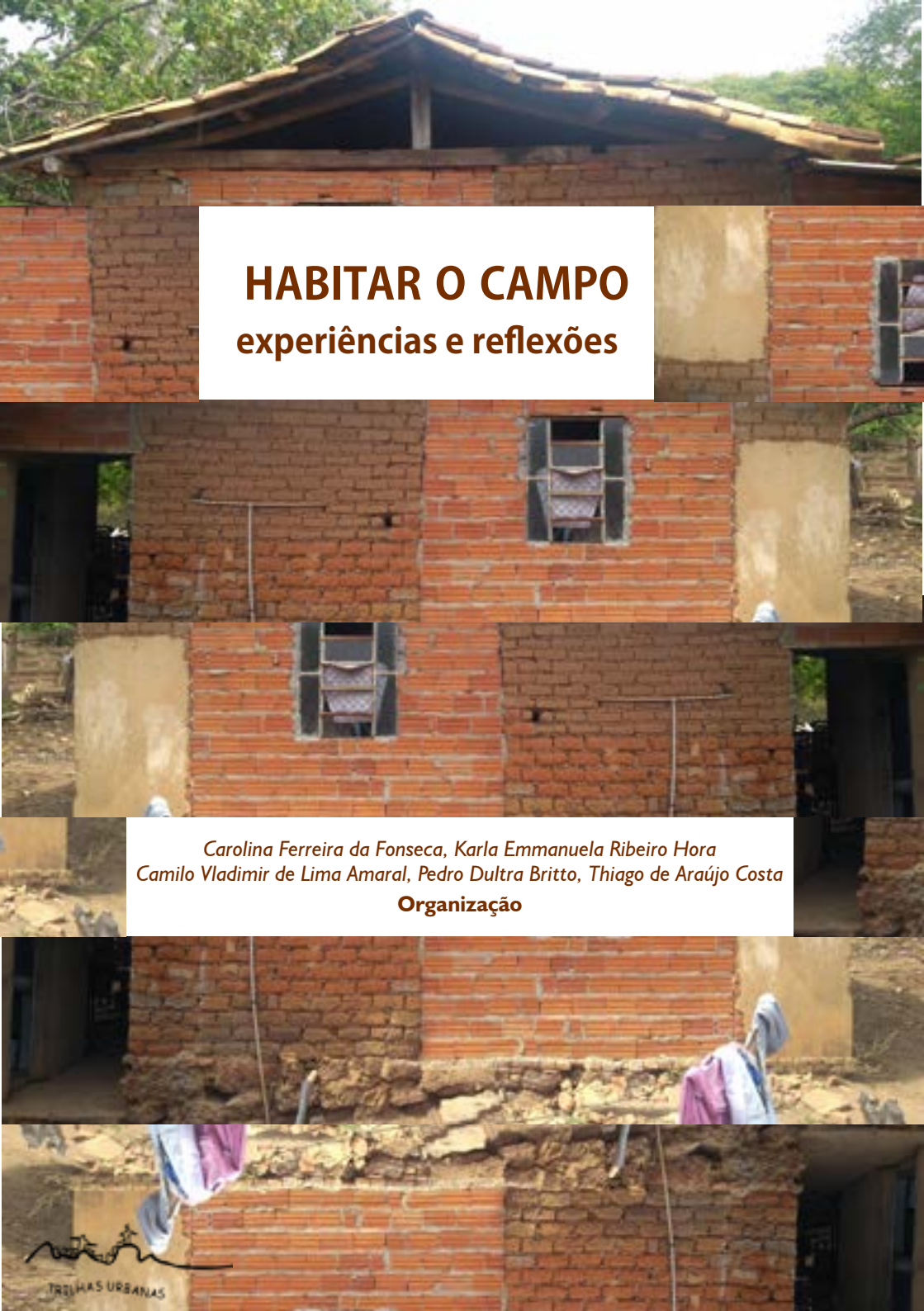
EECA
Escola de
Engenharia Civil
e Ambiental

Fav
Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo

PROEC
Programa de
Iniciação Científica em
Engenharia Civil e Ambiental

UFG
Universidade Federal de
Goiás

TELHAS URBANAS



HABITAR O CAMPO

experiências e reflexões

*Carolina Ferreira da Fonseca, Karla Emmanuela Ribeiro Hora
Camilo Vladimir de Lima Amaral, Pedro Dultra Britto, Thiago de Araújo Costa*
Organização

H113

Habitar o campo : experiências e reflexões /

Organizadores Carolina Ferreira da Fonseca ... [et al.].

– Goiânia : Editora Trilhas Urbanas, 2019.

120 p. : il.

ISBN: 978-85-94425-32-4

I. Arquitetura. I. Fonseca, Carolina Ferreira da (org.).

CDU 725

Índice para catálogo sistemático

I. Arquitetura725

Agradecemos ao Movimento Camponês Popular, especialmente à Joyce Ingrid da Silva, Juraci de Oliveira Silveira, Neiva de Oliveira Santos Gomes e Ronivaldo Divino Jesus de Arruda que nos acolheram com muita gentileza em suas casas; à Pro-reitoria de Extensão e Cultura da UFG pelo valioso programa de bolsas de extensão e pesquisa PROBEC e PROVEC; e a todos aconselhadores e interlocutores desse trabalho.

SUMÁRIO

Apresentação

PARTE I: Reflexões

11 **Indagações acerca do canteiro**

Pedro Dultra Britto

23 **Um projeto como guia**

Camilo Vladimir de Lima Amaral

39 **Entre o habitar e o habitat: Questões para pensar no ser-no-campo**

Milena d' Ayala Valva

49 **Vitalidade das moradas rurais: descalçar**

Luciana Helena Alves da Silva

57 **“O MEU QUINTAL É MAIOR QUE O MUNDO”:
o habitat rural e as determinações históricos-
geográficas das sociedades mundializadas**

Eguimar Felício Chaveiro

63 **A dimensão política do morar**

Ana Carolina de Oliveira Marques

73 **Habitação rural em Goiás: entre o direito à
cidadania e a luta social por política pública**

Karla Emmanuela R. Hora

83 **Inquietações em torno da articulação entre ação
política, propriedade privada, sementes crioulas
e campo**

Carolina Ferreira da Fonseca

93 **Estímulos ao Labor Comum: cooperação e
transdisciplinaridade na extensão universitária**

Thiago de Araújo Costa

PARTE 2: Experiências

101 **Saneamento rural no programa moradia
camponesa**

*Sara Duarte Sacho; Fausto Miziara; Karla Emmanuela
Hora*

109 **Tecnologias sociais em saneamento para
habitações de interesse social rural em
Vianópolis-Goiás**

*Vanessa de Paula Goncalves Rodrigues, Karla Emmanuela
Hora*

APRESENTAÇÃO

Um livro representa muitas coisas. E, nessas muitas coisas, não há uma história única. Histórias únicas matam a diversidade dos povos. E, quando falamos do mundo rural brasileiro, falamos de diferentes habitats ambiental, construções histórico-sociais e diversidade de modos de vida num país de proporção continental.

Chinamanda Adichie, escritora nigeriana, nos alerta para o perigo de acreditarmos em ‘histórias únicas’. Para ela, histórias têm sido usadas para expropriar e tornar um povo maligno. Mas as histórias, também, podem ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem mudar a dignidade de um povo. Mas histórias também podem reparar esta dignidade perdida

Habitar no campo é algo complexo e ao mesmo tempo cheio de vida e redescobertas. Não se trata de olhar o rural pelo viés urbano, como atraso. Se trata de entender o rural com os atores que o constroem cotidianamente. É essa outra história que precisa ser narrada, segundo Adichie.

O livro que ora apresentamos não trata de uma história única. O livro “Habitar o Campo: experiências e reflexões” abriga os relatos de um encontro entre campos de saberes interessados em intercambiar compreensões acerca dos sentidos de habitar o campo na contemporaneidade. Sentidos configurados pela articulação de dimensões políticas, culturais, técnicas, simbólicas, sensíveis. Um denso amálgama de relações produtoras de territorialidades da vida do/ no/ com e partir do campo.

Parte das histórias e perspectivas que se apresentam nos diferentes capítulos são resultantes das impressões, visitas, coletas de dados e proposições elaboradas no âmbito do projeto de extensão “Habitar do Campo: mais vida e mais qualidade para as comunidades de agricultores e agricultoras familiares em Goiás”. O projeto, realizado em parceria com o Movimento Camponês Popular, uniu universos distintos na elaboração de propostas e diretrizes para o habitat rural. Nessa trajetória, entre 2018 e 2019, diferentes reuniões, visitas, encontros (workshops) e palestras foram realizados. O contato, a interação, a subjetividade nascedouro do desenho, da figura, da imagem, da palavra e do som se fizeram presentes nas reflexões sobre o significado da Habitação Rural.

O estudo das potencialidades e necessidades do meio rural nem sempre são apresentados na formação acadêmica para

os futuros profissionais das áreas de engenharia e arquitetura, levando ao entendimento de que as soluções tecnológicas urbanas tendem a ser quase que universais. Por esta ação de extensão pretendemos apresentar outro universo aos estudantes que, à medida que conhecem as demandas dos agricultores e agricultoras familiares, também podem contribuir com novas reflexões sobre o processo de projeto em arquitetura e engenharia ambiental e sanitária. Pensar o Habitar do Campo significa compreender os modos de vida da população do campo, das águas e das florestas, percebendo que produção e moradia são algo intrínseco e necessitam estar articulados

O livro é composto por 11 capítulos - dividido em duas partes - que procuram refletir, ora sobre o que o projeto viu ora, como o mundo rural se apresenta e, por fim, que condições de políticas públicas e infraestruturas estão disponíveis e são necessárias para se pensar o habitar rural. Em conjunto, estes relatos derivam do Colóquio Habitar o Campo, realizado na Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Goiás em 30 de janeiro de 2019. A atividade consistiu numa roda de conversa versada sobre as diferentes perspectivas, possibilidades e vivências sobre o Habitar do/no/com e a partir do campo. Diferentes olhares se debruçaram sobre o habitat, o meio e o entorno, o quintal, as infraestruturas (água, esgotamento sanitário, resíduos), a beleza, o produzir, a estética, a vida e a convivência, as culturas, as possibilidades de reprodução social e os seus limites.

Pensando a dinâmica do canteiro de obras, o texto “Indagações acerca do Canteiro” parte da observação de casas em construção para abordar como a qualidade executiva dos projetos carece ser aprimorada. O engendramento de erros e acertos é acentuado pela comparação de três canteiros observados sob numa perspectiva que afirma como complexidade de se erguer uma moradia. O texto indica que uma série de cuidados, conhecimentos e requisitos, se faz ausente e enfatiza a necessidade de diretrizes de planejamento capaz de fornecer segurança e qualidade executiva nos canteiros de obras participantes da parceria entre o Movimento Camponês Popular e a Caixa Econômica.

O texto de Camilo Amaral, “Um projeto como Guia”, problematiza a relação entre o exercício do projetar e a dinâmica do cotidiano, situando a possibilidade de fazer projetos em diálogo com os habitantes, tornando-os participantes nesse exercício. A

elaboração do guia para projetos é justificada por essa atenção ao papel ativo de quem vai morar, fornecendo estímulos à apropriação das informações contidas no guia a proposta tenta distanciar a dimensão impositiva que é atrelada à maioria dos projetos habitacionais. O autor situa que o projeto pode se constituir na mediação de diálogos, propondo um produto que poderia potencializar novas reflexões e possibilidades de produção do habitat de cada família envolvida. Assim, o projeto não se tornaria a prescrição de normas.

O texto de Milena D'ayala Valva, intitulado “Entre o habitar e o habitat: questões para pensar no ser-no-campo” convida a pensar a dimensão do Habitar, ultrapassando os limites próprios do projeto arquitetônico. A reflexão lançada nos coloca o desafio de reconhecer as especificidades dos lugares e dos modos de vida rurais, plenos de singularidades. O tensionamento entre Habitat e Habitar é enfatizado e torna sensíveis os equívocos de grandes projetos habitacionais que tendem a adotar uma forma genérica para tentar solucionar o déficit habitacional.

O texto “Habitação rural em Goiás: entre o direito à cidadania e a luta social por política pública” de Karla Hora, demonstra que, embora recentes, as experiências de habitação rural em Goiás têm se apresentado com instrumentos de luta, de resistência e de organização dos movimentos do campo. Num momento em que o papel do Estado está sendo reduzido e os direitos sociais suprimidos, a presença dos movimentos sociais rurais é fundamental na busca pela melhoria de qualidade de vida.

Na sequência, os textos de Eguimar Chaveiro e Luciana Helena da Silva situam que a subjetividade também está colocada em movimento no contexto dos movimentos de luta pela terra em Goiás, trazendo uma perspectiva geopoética que convida a perceber a casa e o quintal como espaços de cuidado em meio aos processos de transformação do campo no século XXI. Ana Carolina Marques, no texto intitulado “A dimensão política do morar” desdobra uma reflexão sobre as relações micropolíticas que atravessam as moradias camponesas, partilhando impressões provenientes de uma pesquisa que buscou encontrar nas cartografias desenvolvidas pelas agricultoras as narrativas que expõem as contradições do cotidiano rural.

Em “Inquietações em torno da articulação entre ação política, propriedade privada, sementes crioulas e campo”, Carolina Ferreira da Fonseca foca a conexão entre instâncias da reorganização territorial do campo goiano, buscando uma abordagem sistêmica para situar as habitações em construção como um elemento entre outros na paisagem capitalista integrada.

O texto de Thiago Costa, “Estímulos ao Labor Comum: cooperação e transdisciplinaridade na extensão universitária” sublinha o caráter interdisciplinar e cooperativo do projeto de extensão, chamando atenção para a necessidade de desenvolvermos partituras de sintonização que amplifiquem os encontros e problematizando a ideia de assistência técnica, no sentido de mobilizar as palavras que sejam provenientes de uma prática que pretende se distanciar do assistencialismo.

Finalmente, a Segunda Parte do livro apresenta duas experiências universitárias realizadas em parceria com o Movimento Camponês Popular. Os textos “Saneamento rural no programa moradia camponesa” de Sara Duarte Sacho, Fausto Miziara e Karla Emmanuela Hora e “Tecnologias sociais em saneamento para habitações de interesse social rural em Vianópolis—Goiás” de Vanessa de Paula Gonçalves Rodrigues e Karla Emmanuela Hora exemplificam a necessidade de incorporar alternativas de saneamento ambiental nas políticas habitacionais para o campo e situar a dimensão ecológica que abrange a construção em espaços rurais.

Este livro é uma reflexão coletiva, nos quais os autores e autoras debatem suas experiências. Não são pesquisas que se debruçam sobre um objeto distante. Elas são histórias vividas e contados por sujeitos participantes, cuja comunicação e ação busca ouvir e ceder espaço aos demais sujeitos, representando uma trajetória de aprendizado coletivo.

Esperamos que a leitura deste livro nos ajude a ler, um pouquinho mais, o mundo. E, como diria Paulo Freire, é preciso que a leitura seja um ato de amor

Boa leitura a todos e todas.

As organizadoras e os organizadores

PARTE I

Reflexões





INDAGAÇÕES ACERCA DO CANTEIRO

Pedro Dutra Britto



O arranjo para execução do programa habitacional Minha Casa Minha Vida Rural é gerido pela Caixa Econômica Federal (CAIXA, 2019), que estabelece e fiscaliza as ações da entidade intermediadora (nesse caso o Movimento Camponês Popular - MCP) e os beneficiários, que são as famílias contempladas pelo financiamento. Após sucessivas etapas de credenciamento, aprovação do projeto e elaboração de cronogramas de execução e desembolso, ao final, quando o mesmo entrar efetivamente em operação, vai concentrar todas expectativas e possibilidades de realização no canteiro de obras. Após uma série de etapas de verificação, satisfação de pré-requisitos e garantias, toda sua realização propriamente dita vai depender exclusivamente da capacidade e recursos de cada família, a qual é a única responsável pela qualidade executiva da obra. Mesmo sem possuir, como ocorre na maioria dos casos, qualquer experiência ou conhecimento em construção civil, após cumpridas todas etapas burocráticas

e legais, cabe exclusivamente à família contemplada gerir o canteiro de obra. A depender do pedreiro que a família tiver condições de contratar e das suas próprias capacidades e habilidades físicas – uma vez que são os membros da família os efetivos colaboradores braçais na obra, o resultado será ou não satisfatório. Se, na fase abstrata do processo há todo um rigor operacional atrelado ao profissionalismo do sistema financeiro público, durante a fase concreta, de materialização e realização dos custos, admite-se composições de amadorismo e improviso.

O momento executivo de toda obra civil catalisa no canteiro a materialização do que fora projetado e este assume a centralidade e o risco de todo o processo. É o espaço tempo do devir na medida da sua quase irreversibilidade, sobretudo em caso de financiamento rigorosamente justo, condicionado por etapas cumpridas e liberação concomitante de recursos. É também o espaço tempo das relações estabelecidas pelo trabalho. Devido a tudo isso o canteiro assume um caráter simbólico e constitutivo, preenche de significados, e determinante numa série de fatores (LEÃO, 2005). O termo utilizado para a modalidade de financiamento em questão é o “mutirão assistido” e pressupõem duas características essenciais: o trabalho executado pelo próprio proprietário interessado (mutirão) e a assistência técnica disponível (assistido). É questionável a agência financiadora lidar estritamente com o custo dos insumos materiais e não financiar qualquer tipo de custo humano, restringindo seu papel fiscalizador apenas ao quantitativo no que diz respeito ao emprego dos mesmos. A cadeia produtiva gerada neste arranjo resulta deletéria nas relações constituídas para solução técnica porque, ao delegar estritamente às famílias o custo e seleção da mão de obra técnica (invariavelmente um pedreiro), deixa os principais condicionantes a mercê de uma série de fatores indeterminados. Inclusive, no ambiente rural, a sorte de encontrar alguém que possa assumir tecnicamente todas as etapas e fases da obra, desde a sua implantação até os serviços finais, de acabamento.

Como condensador de relações, o canteiro possui, historicamente, papel relevante para a construção civil, como o lócus onde se dá o encontro (e também o confronto) de práticas de ensino, aprendizado e exploração (FREITAS, 2015). Absolutamente subordinado à técnica, até sua etimologia advém do necessário rigor executivo, quando era o lugar onde se esculpiam em ângulos precisos os cantos das pedras a serem encaixadas umas nas outras nas construções clássicas pré-modernas (PEREIRA, 2017). Desde então é o lugar do encontro entre diferentes segmentos sociais, conjuminando proprietário, investidor, operário, pedreiro, ajudante, professor e aluno, potencializando situações que seriam proveitosas a todos, caso houvessem intencionalidades nesse sentido.

Cada canteiro encerra, mesmo em casos de arranjos padronizados como estes, particularidades advindas das singularidades humanas, espaciais e culturais ali condensadas, as quais poderiam ser exploradas em benefício da execução, e não em seu prejuízo com tem sido recorrente. Este aspecto antropológico (SANTOS, 1980 e SOUZA, 2006) do canteiro, se agenciado, poderia resultar formulações híbridas, mestiças de técnicas e saberes distintos, mais afeitas a lógica do mutirão e autoconstrução do que o sistema tradicional de contratação de mão de obra. Aferir em cada caso a contribuição dos saberes vernacular e científico, abrindo espaço para manifestações culturais mais propícias para adaptação do sujeito que centraliza estes processos, inclusive aclimatando melhor os moradores com o ambiente construído. É recorrente, entre as famílias que tiveram suas casas financiadas, a manutenção da antiga moradia, porque, invariavelmente, esta foi autoconstruída noutros tempos em adobe e outras técnicas ancestrais, dadas qualidades térmicas, estruturais e culturais serem reconhecidas e apreciadas. Mesmo porque o sistema construtivo exigido, pretensamente técnico e contemporâneo, dificilmente se aplica integralmente, dadas condições mercerizadas quando subordinadas

exclusivamente à capacidade financeira e relacional das famílias, únicos contratantes de serviços no arranjo analisado (WESENDONCK, LUNARDI e ROSSETTI, 2015).

Por outro lado, no contexto atual do ensino acadêmico brasileiro direcionado para as práticas construtivas, notadamente em escolas de engenharia, arquitetura e urbanismo, há pouco contato com a prática de canteiro. Apesar de as reflexões teórico-práticas em relação ao mesmo haverem sido bastante exploradas por toda uma geração notável de arquitetos modernistas, cuja produção de Sérgio Ferro, Vilanova Artigas, Rodrigo Lefevre e Joaquim Guedes, entre outros, é emblemática de um período particularmente fértil e contestador. É deste período o conceito do canteiro horizontal, esvaziado de assimetrias sócio culturais e inflado de experimentação de relações de troca e aprendizado mútuos, donde um posicionamento político e estético assumem lugar de primazia frente o aprendizado e amadurecimento profissionais. Hoje há novamente uma valorização destas práticas aplicadas ao ensino e ganham relevância experimentações que vem sendo implantadas em alguns centros de pesquisa e ensino universitários em diversos cantos do planeta (RONCONI, 2005). Nesse contexto a UFG possui um projeto aprovado pelo CNPq (edital universal 2018) para implantação de um canteiro experimental na sua escola de arquitetura e urbanismo do campus Samambaia, em Goiânia, porém, a liberação dos recursos aprovados para tanto está condicionada pela mesma conjuntura política do governo federal que interrompeu todos os fluxos de financiamento de habitações de interesse social (ROLNIK, 2019), como o próprio caso de estudo originário deste trabalho I.

Retornando ao mesmo caso, cabe também, devido ao que fora exposto até agora, uma crítica colaborativa destinada ao modelo e arranjo praticados pela Caixa Econômica Federal, na expectativa de eventual aperfeiçoamento do programa. Desde o início sabíamos que a assistência técnica não poderia ocorrer de maneira presencial e sistemática, dada a pulverização do programa por 18 municípios do estado de Goiás e também

devido ao caráter voluntário do nosso trabalho². Por esta razão foi concebida uma publicação que funcionasse como um guia executivo básico, destinado a instruir os construtores na tomada de decisões em determinados momentos cruciais da obra, sobretudo no início, quando ocorrem as decisões de onde e com qual orientação implantar as novas construções nos respectivos terrenos. O guia também poderia ser útil, em alguma medida, para o grupo de 242 famílias que estavam em obra naquele momento, mas, devido à um descompasso cronológico entre as construções já contratadas e a constituição do referido projeto de extensão universitária, consideramos que será de maior utilidade para futuros empreendimentos de autoconstrução rural.

Outro aspecto da crítica estruturada ao modelo de financiamento gerido pela Caixa, que julgamos pertinente, versa sobre o projeto selecionado como padrão e utilizado de maneira universalizante em necessidades que são singulares. Trata-se de um projeto destinado ao meio urbano, referenciado pela lógica do pequeno lote e com pouca flexibilidade para adaptar-se ao meio rural. Isso se reflete em vários aspectos: dimensionamento das fundações e estruturas indistintas para tipologia de solo, ignorando a qualidade e perfil topográfico dos mesmos; quantidade e dimensionamento das aberturas, que são insuficientes; inexistência de varanda e despensa; uma única opção de ampliação, desconsiderando a sua orientação, o tipo e tamanho da família; cozinha diminuta para os usos e hábitos rurais; instalações hidráulicas e de saneamento insuficientes para resolver minimamente o problema do esgotamento sanitário; instruções de implantação e orientação solar da construção bastante questionáveis do ponto de vista do conforto térmico. Estes são os principais problemas detectados no projeto padrão adotado pela Caixa e que são os temas abordados na outra publicação que editamos sob o nome de guia.

O projeto de arquitetura e executivo em discussão é destinado às famílias juntamente com toda material relativo à primeira etapa da obra, a qual abrange desde as fundações

até a conclusão da alvenaria em estado pronto para receber a laje de cobertura. A partir do recebimento do mesmo é que caberá, exclusivamente às famílias, agenciarem a mão de obra e assistência técnica necessários. Como já foi dito, resultado invariável é a contratação de um pedreiro que tomará as decisões técnicas em todas as fases da obra e será auxiliado pelos componentes disponíveis das famílias, independentemente das qualificações do pedreiro ou das restrições físicas dos familiares. Desta forma resultaram canteiros muito assimétricos em relação a qualidade executiva, ritmo da obra e consumo de matéria prima.

Em três canteiros visitados encontramos as seguintes experiências distintas:

Caso 1: Um único trabalhador, pedreiro experiente, proprietário da casa e arrimo da família. O canteiro extremamente organizado em processo de assentamento de alvenaria, onde era possível verificar o prumo adequado, ferros estruturais dos pilares bem fixados e a impermeabilização das vigas baldrames completas. Ele mesmo fazia as vezes de pedreiro e auxiliar;

Caso 2: Quatro trabalhadores, sendo um pedreiro sem formação técnica adequada, auxiliado por um senhor de meia idade (proprietário) e seus três jovens filhos. Tiveram problemas na escolha do local e optaram por um forte declive que acarretou grande gasto de materiais para o nivelamento das vigas baldrames. Estas resultaram desniveladas e apresentavam falhas de execução de ferragem, com transições e correções feitas de modo inadequado, além de impermeabilizações incompletas e/ou inexistentes em determinados seguimentos. Estavam tentando finalizar esta etapa para iniciar a alvenaria;

Caso 3: Um pedreiro experiente auxiliado por um senhor de idade (proprietário). Apesar da pouca disposição física, o canteiro estava razoavelmente bem organizado e estavam finalizando a impermeabilização das vigas baldrames.

Ambos 3 casos haviam iniciado a obra juntos e, em pouco mais que um mês, já apresentavam um descompasso temporal e qualitativo perceptível. Identificamos uma série de questões que, porque mal resolvidas no início da obra, acarretarão uma série de comprometimentos cumulativos, capazes de gerar grandes discrepâncias ao final. Além das diferenças quanto à execução das fundações (que originam infiltrações de umidade, rachaduras e até riscos), nesta fase há que se antecipar questões futuras, como prever passagens de encanamentos em meio às vigas baldrames para saída de esgotamento sanitário; realização de aterros para nivelamento de contra piso; providência de nível e prumo adequados nas vigas, capazes de assegurar boa execução de alvenaria. Ainda sobre a fase de fundações, durante a verificação de apenas três canteiros, o Caso 2 chamou atenção por condensar problemas considerados mais comprometedores. Trata-se do caso em que optaram, inadvertidamente, pela construção em declive, e no qual, apesar de haver maior disponibilidade de força física (dada juventude dos três filhos presentes no canteiro), encontramos a pior qualificação técnica do único pedreiro em obra, aliada com a maior complexidade executiva. Ali, além das questões já relatadas, verificou-se também uma execução temerária das ferragens, particularmente quanto à inexistência de estribos e esperas em quantidades adequadas justamente em uma situação de maior esforço estrutural.

Enfim, a complexidade de uma obra envolve toda uma série de cuidados, conhecimentos e requisitos, os quais deveriam obter por parte da Caixa e do MCP um planejamento que fornecesse mais de segurança e qualidade executiva. Que fosse capaz de amenizar as diferenças de perfil etário, físico e financeiro entre os contratantes, assim como diferenças de perfil de terreno e, por consequência, de consumo de materiais. Se uma única visita realizada em apenas três canteiros foi capaz de suscitar relevantes questionamentos e observações, é de se perguntar qual seria a realidade dos outros 239 que integram o mesmo programa de financiamento e arranjo executivo?

Torna-se evidente que a maior limitação do sistema é a falta de assistência técnica, e é paradoxal que esta seja, justamente, a maior possibilidade de colaboração para um projeto extensionista de uma universidade pública, como é o nosso perfil. Além da vocação de área específica dos dois cursos envolvidos (engenharia sanitária, arquitetura e urbanismo), e além, mais ainda, da prerrogativa inequívoca de um projeto de extensão, resta ainda contextualizar na crítica estruturada que ora se faz, a LEI FEDERAL Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2018). Conhecida justamente como lei da assistência técnica, busca assegurar “o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”. O mecanismo preconizado pela referida lei envolve, de um lado, as universidades, que deveriam constituir escritórios públicos de projeto de arquitetura e urbanismo, assim como instituir cursos de especialização em assistência técnica para habitações de interesse social. E prevê, por outro lado, que órgãos financiadores e executores de políticas públicas habitacionais, contratem e agenciem os serviços necessários. Então, como se verifica, caberia ainda, no contexto de uma crítica literalmente construtiva que ora se faz à instituição financiadora Caixa Econômica Federal, colaborar para efetividade da lei, da qualidade daquilo que financia nos termos de políticas públicas e no aperfeiçoamento do arranjo que organiza e administra para execução deste tipo de canteiro. Quando chegar este momento, a universidade pública brasileira em geral, e particularmente a UFG, estarão preparadas para colaborar mais efetivamente do que tem conseguido fazer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008, Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

COSTA, Sheila. Um olhar para a habitação rural, 2012. Disponível em: <http://aprafad.blogspot.com/2012/10/um-olhar-para-habitacao-rural.html>, acessado em 30/04/2019.

ROLNIK, Raquel. Mudanças no Minha Casa Minha Vida só agravam crise habitacional. Disponível em: <https://raquelrolnik.blogosfera.uol.com.br/> Acessado em 26/04/2019.

LEÃO, Heloisa Helena da Fonseca Carneiro. A arte, o homem e o habitar. Revista Eletrônica de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Volume 2, Número 2, texto 09_22, p. 64-75, julho/dezembro, 2005. São Paulo, SP.

FREITAS, Márcia Regina de. O canteiro de obras brasileiro e a adoção de recursos tecnológicos – em busca de melhoria das práticas através de inovação dos processos. Revista eletrônica de engenharia civil, Volume 10, Número 1, p. 1-6, julho, 2015. São Paulo, SP.

CAIXA. Minha Casa Minha Vida – Habitação Rural. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/rural/Paginas/default.aspx> acessado em: 26/04/2019.

PEREIRA, Maria Cristina Correia Lima. A arquitetura no/do livro na antiguidade tardia: a ornamentação dos primeiros códices cristãos latinos. Revista História, Universidade de São Paulo, Volume 36, e4, p. 32-69, agosto, 2017. São Paulo, SP.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?. In: VELHO, Gilberto [org.]. O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980, p. 37-57.

SOUZA, Juliana Barbosa. O grande canteiro: Um Estudo Antropológico, publicado em <http://www.ct-escoladacidade.org/contraconduas/pesquisas-academicas/o-grande-canteiro-um-estudo-antropologico/>, acessado em 29/04/2019.

RONCONI, R. (2005). Canteiro experimental: uma proposta pedagógica para a formação do arquiteto e urbanista. Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP, (17), 142-159. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i17p142-159>.





UM PROJETO COMO GUIA

Camilo Vladimir de Lima Amaral

CAMISAS DE FORÇA E OUTRAS FANTASIAS

Em 1958, Jacques Tati lançou seu filme *Meu Tio* que contava a história de Charles Arpel, um rico industrial que morava em uma casa futurista, onde suas ações cotidianas eram todas cuidadosamente organizadas e apoiadas por instalações e equipamentos modernos. A programação excessiva de seu cotidiano criou cenas patéticas e uma profunda sensação de tédio em seu protagonista. Atividades simples do dia a dia seguiam um protocolo desenhado cuidadosamente para que a arquitetura rendesse o seu mais impactante efeito. Coisas simples, como ligar uma fonte de água sempre que uma visita chegasse, iam aos poucos se transformando em um compromisso alienado, e a arquitetura paulatinamente se transformava numa camisa de força.

50 anos depois, o filme *House life*, de Ila Bêka e Louise Lemoîne, retrata o dia a dia em uma máquina de morar projetada por Rem Koolhaas, conhecida como a Casa Bordeaux. Esta casa ficou famosa pelo fato de todo ambiente da biblioteca ser um elevador. Com seu movimento, toda a casa se transforma à medida que os habitantes se deslocam por ela. Outras tantas parafernalias corroboraram para sua fama, como um totem que funciona que assume o papel de maçaneta à distância da porta. Mas, se no exemplo anterior era a própria família que mantinha a fantasia do espaço arquitetônico operando, consumindo a experiência diária de seus moradores, neste caso uma dedicada empregada doméstica e um exército de serventes (dentre eles arquitetos, engenheiros, eletricitas e paisagistas)



passam o dia consertando vazamentos e instalações arquitetônico-eletrônicas, limpando panos de vidro, cuidando do jardim, e assim por diante (como sabemos, máquinas perfeitas demandam manutenção). No final do dia, quando “monseigneur” chega em casa, o espaço flui em sua perfeição. A casa se torna um aparato, que capta serviços e manutenção exaustiva, para permitir a fluidez de seu espaço pelos habitantes. Diferentemente do caso anterior, a experiência do espaço da habitação se torna disponível a poucos, mas à custa do esforço de muitos.

Os diretores do filme se tornaram figuras badaladas na cena cult pela sensibilidade com que retrataram a dedicação da empregada doméstica, como no momento em que limpa cada um dos cantos suspensos em balanço, arrojados e pontiagudos, da escada helicoidal de serviço. Jornais e revistas de arquitetura se deliciaram com o fato de como “demanda muito” viver em uma obra de arte. Ainda assim, ninguém pareceu se questionar sobre as bases que sustentam essas fantasias. Fantasias no sentido de serem fruto de uma imaginação criadora que lida com o desejo compartilhado por um grupo (arquitetos), mas que é desapegada de bases na vida real em si, sendo apenas a expressão de certos desejos impregnados no imaginário reproduzido pela própria disciplina da arquitetura.

Mas, o que ocorre com nosso imaginário do projeto arquitetônico que não consegue superar a criação de camisas de força e máquinas fantasiosas? Seria possível escapar das demandas contínuas de um designer que controla todos os aspectos de sua vida, num paternalismo controlador, ou pensar num lugar que não demande o consumo de outros para a libertação de sua própria experiência diária?

Henri Lefebvre (1991), em sua trilogia sobre a vida cotidiana no mundo moderno (de 1947, 1961 e 1981) apresenta como a experiência do cotidiano vai sendo colonizada por forças externas, que ele entendia como uma técnico-burocracia que vai dirigindo distraidamente a vida das pessoas. Controladas

sem saber, os objetos mais inocentes vão impregnando a vida de tarefas e padrões dos quais não se tem consciência. Essa cotidianidade fabricada é aquela do relógio, cujo tic-tac mecânico impõe uma produtividade rígida, cuja separação entre privado, público, suítes máster, sala de visitas, e varandas gourmet vão controlando não só o que se faz, mas também aquilo que se deseja.

Para Lefebvre, a vida “real” é o cotidiano, acontece no cotidiano. O cotidiano é a experiência concreta e diária, é a práxis da vida. Se o cotidiano não é uma experiência engrandecedora, não há possibilidade de libertação. É neste sentido que os situacionistas buscavam uma revolução pela transformação das relações no cotidiano, no mundo vivido, tal qual ele é vivido, e não nos espaços abstratos da política nacional e internacional. É o dia a dia que aprisiona efetivamente, dia após dia, ação por ação, sonho por sonho.

Se antes muitos autores acreditavam que a dominação de sujeitos acontecia no espaço do trabalho (no “chão da fábrica”), Jonathan Crary (2013) buscou demonstrar como o trabalho mental e estressante vem substituindo o trabalho servil na produção de mais valia. Para ele, hoje, trabalhadores enfrentam um dia a dia colonizado pela produtividade: fazemos exercícios físicos para sermos mais produtivos, nos divertimos para ampliar nossa criatividade, viajamos para ampliar nossa capacitação e saber, nos alimentamos bem para estarmos mais dispostos, e assim por diante.

E aqui há duas dimensões em que a arquitetura opera na construção dessa cotidianidade. Por um lado, o arquiteto tradicionalmente formata a vida dos outros e os seus desejos. Por outro lado, os desejos dos próprios arquitetos são formatados por uma disciplina, que ao ser contada e recontada, circunscreve o que arquitetos fazem e o que arquitetos devem almejar fazer.

VIDAS NO ESTOJO

Silke Kapp (2010) chamou “Síndrome do Estorjo” uma leitura que Walter Benjamin fez das casas burguesas do século XIX. Para o filósofo, essas casas eram entendidas como os estojos de ferramentas de um técnico, em que para cada utensílio havia um lugar preciso (em negativo) onde eles se encaixavam. Esse tem sido um paradigma muito difundido no fazer arquitetônico.

Arquitetos se esforçam por imaginar e prever todos os usos que uma determinada família terá. Para cada um deles desenham cuidadosamente os espaços apropriados, além de embuti-los de zelo formal e linguagem estética. Levada às suas consequências absurdas (como no filme de Jacques Tati), todas as ações de seus usuários se tornam parte do “desenho” da obra. O bom arquiteto é visto como aquele que controla e impõe um modo de vida “moderno”, “digno” e de “vanguarda”. Clientes contratam seus arquitetos de “bom gosto”, de tal maneira que eles mesmos passem a ser vistos como pessoas de bom gosto.

Assim, as obras arquitetônicas assumem uma espécie de taylorismo da vida cotidiana. Neste contexto, a arquitetura se transforma em uma tipo de máquina, dividindo a vida cotidiana em tarefas, cujas prescrições são alienadas dos próprios moradores afim de garantir-lhes um alinhamento com o que o arquiteto sabe melhor do que eles mesmos. A casa, aquilo em que se habita, aquilo que serve à vida, se transforma em uma “obra de arte”, e passa a demandar um respeito absoluto (o que Kapp, 2006, em outra ocasião, chamou de “integridade da obra”).

Neste contexto, quando a disciplina se engaja com as demandas dos excluídos de seus caros serviços, a arquitetura passa a ser vista como uma “assistência” técnica. Como um serviço de caridade, arquitetos fornecem seu conhecimento superior àqueles que não sabem como morar certo. Em modo paternalista, bondosos arquitetos fazem aquilo que estão

acostumados a fazer, sem se questionar sobre os seus próprios limites e, mais fundamentalmente, sem questionar os limites que impõem aos outros.

Ao projetar suas ideias sobre o mundo, partindo da liberdade de seu espírito especulativo, arquitetos estão apagando outras formas de morar, outros modos de ver o mundo, outras experiências de vida. Quando tratamos do habitar o campo, estamos lidando com uma infinidade de experiências e um cem número de lugares. Uma proposta arquitetônica em massa, não só corre o risco de impor um modo de vida, mas também de padronizar experiências que são infinitamente variadas.

De fato, é um paradoxo do qual dificilmente a profissão pode se desvencilhar. Fazer arquitetura é mesmo vista como o processo de definir limites (entre fora e dentro, privado e público, íntimo e social, serviços e estar). Na vida concreta, tal qual vivida, cada escolha engendra uma exclusão. Criar um aqui, significa uma interdição do ali. Para Lefebvre (1999), este é um problema que vai muito além da própria arquitetura. Para ele, ao mesmo passo que toda nova epistemologia ilumina um novo espaço, ela também cria novos “campos cegos”. E precisamente por isso, para ele são nestes campos cegos que se encontram as sementes do que pode vir de novo. Nessas heterotopias, espécies de utopias escondidas em lugares tornados invisíveis pelas nossas próprias convicções, a investigação destes campos cegos (e a abertura de nossas intervenções para que estes espaços possam nos surpreender) passa a ser um grande desafio para a utilidade de nossa profissão.

Isto abriria caminho para compreender a diversidade e a legitimidade de diversos saberes, que podem interagir simultaneamente sem nenhum ser totalmente superior ao outro. Na epistemologia da ciência contemporânea, Boaventura Souza Santos (2006; 2007) aponta a possibilidade de uma “ecologia dos saberes”, uma metáfora em que a diversidade de “verdades” estaria em constante relação e processos de troca. Boaventura Souza Santos afirma que:

“Por outras palavras, numa ecologia dos saberes, a ignorância não é necessariamente um estágio inicial ou um ponto de partida. Poderá ser o resultado do esquecimento ou da desaprendizagem implícitos num processo de aprendizagem recíproca através do qual se atinge a interdependência. Assim, em cada passo da ecologia dos saberes é crucial questionar se o que se está a aprender é válido ou se deverá ser esquecido ou desaprendido. A ignorância é apenas uma forma de desqualificação quando o que está a ser aprendido é mais valioso do que o que se está a esquecer. A utopia do interconhecimento consiste em apreender novos e estranhos saberes sem necessariamente ter de esquecer os anteriores e próprios. É esta a idéia de prudência que subjaz à ecologia dos saberes.” (SANTOS, 2006: 106)

Para que na interação entre essas verdades se mantenham as diferenças, é preciso estabelecer a possibilidade de um diálogo, o que é diferente da inclusão onde há uma única via de incorporação: como a medicina moderna que incorpora através de seus métodos um determinado saber tradicional, assim, o formatando. Por sua vez, o diálogo pressupõe uma troca, pressupõe o “Outro” como um agente legítimo na constituição de outras verdades possíveis: o diálogo promove uma troca de logos.

Neste sentido, o grande desafio de um projeto como enfrentamos é o de não nos posicionarmos enquanto aqueles que oferecem uma assistência, mas na posição de um assessor, que dialoga e pesquisa, que trabalha em conjunto. Antes de programar e definir as necessidades dos outros, nosso papel passaria a ser o de potencializar as decisões dos outros, informa-las, iluminar outras possibilidades e, principalmente, investigar mais aquilo que não sabemos, no lugar daquilo que já pressupomos.

DESCONSTRUINDO CAIXINHAS DE FANTASIA

Vilém Flusser, um filósofo checo que se mudou para o Brasil, ficou famoso (após sua morte) por estudar dentre outras

coisas a fenomenologia do ser brasileiro, este herói sem caráter, sem definições rígidas, que constantemente canibaliza o que vem de fora, sempre transformando a si mesmo sem manter uma única universalidade rígida do seu ser (o brasileiro como aquele capaz de dialogar de fato). Mas, aqui nos interessa o estudo de Flusser (1985) sobre a fotografia, que ele chamou de filosofia da caixa preta. Para ele, a câmera fotográfica é uma caixa preta, porque é um aparato no qual uma série de teorias estão gravadas (ótica, projeção, química, mecânicas). Segundo ele, quando este aparato é posto em uso, é a máquina que processa a realidade e a transforma em uma série de sinais codificados pela linguagem visual, produzida durante algumas centenas de anos. Aquele que opera a máquina sabe pouco ou nada de seu funcionamento interno, e por isso ele afirma que é a máquina que manobra o fotógrafo. Este olha para dentro da máquina, e não para fora. Ele revela a foto, e não a cria.

Ao investigar como “invenções” eram “descobertas” em um famoso laboratório de química (projetado por Louis Kahn), Latour e Woolgar (1986: 64) desvendam como as moléculas que os cientistas “descobriam”, do outro lado de seus aparelhos microscópios, eram na verdade fruto de teorias. Essas teorias, debatidas em congressos e polêmicas intermináveis, eram formatadas nos aparelhos, processavam interpretações automaticamente e representavam resultados em determinadas cores e padrões. Enfim, eles argumentam que o que eles viam eram trabalho teórico do passado já objetificado nestes aparelhos (ou seja, uma fenômeno-técnica).

Se estendermos este entendimento para a disciplina da arquitetura como um todo, não surpreenderia dizer que aquilo que arquitetos fazem são o resultado de uma cultura teórica objetificada na máquina abstrata que compõe a sua disciplina como um todo. Arquitetos bem-intencionados, usando as ferramentas nas quais foram treinados e as teorias que lhe foram ensinadas, revelam, mais do que criam, obras de arquitetura. A caixa preta do modo de fazer projeto permanece assim fechada.

Cabral e Baltazar (2010) argumentam que não é o caso de ignorar essas caixas pretas. No mundo técnico em que vivemos, estas caixas estão por toda parte, inclusive no mais vulgar do cotidiano. Eles afirmam que não se trata de destruir a “mágica” destas caixas pretas, e retornar a um estágio de monotonia previsível e simplista. O desafio é desconstruir esses mecanismos, subvertê-los e se apropriar criativamente deles.

É possível que o mito mais engessador da caixa preta arquitetônica é o mito do grande gênio, do arquiteto como criador de uma obra de arte integra, que formata e cria uma vida de bom gosto, ao seu bel gosto. Desconstruir esse mito implica não apenas compreender como a arquitetura é produzida, mas, também, repensar como ela gerada, de onde vem o conhecimento sobre o qual a arquitetura é produzida. Neste sentido, cabe fazer uma pequena regressão nos grandes mitos da invenção.

Talvez o inventor mais famoso do mundo seja Thomas Edison. Todos o conhecem como o inventor da “lâmpada”, mas ele é ainda creditado como inventor de mais de 1000 patentes. O que fica de fora dessa narrativa é como o laboratório de Edison empregava no início 200 cientistas, depois 5000 até sua empresa (General Electric) chegar hoje ao número de 300.000 funcionários (Padgett, 2016). Henry Ford, seu amigo, uma vez comentou que se lhe imputavam a criação da esteira da linha de montagem da produção em massa, Edison tinha inventado a esteira de montagem da invenção.

Exemplos como este podem ser esclarecedores para a arquitetura. O escritório de Zaha Hadid tinha 400 empregados, Bjarke Ingels também emprega outros 400. Mesmo ícones clássicos seguem essa lógica, como Frank Lloyd Wright que fez uma mudança definitiva em seu estilo (Tafuri, 1976: 40) quando fundou a “Taliesin Fellowship”, uma organização messiânica no meio do deserto americano

(Friedland, R. e Zellman, 2007). Recentemente, Mariana Mazzucato (2011) contribuiu para a crítica destes mitos dos inventores individuais quando analisou como o iPhone, invenção atribuída ao gênio de Steve Jobs em muitos filmes biográficos, foi em sua quase totalidade resultado de invenções patrocinadas pelo governo dos EUA, principalmente para pesquisas aeroespaciais e militares.

O que estes fatos apontam é que o processo criativo e as “invenções”, em todas as esferas humanas, não são resultado de empreendedorismo individual, mas de uma articulação do conhecimento coletivo, o produto do que Karl Marx chamou (no texto Fragmentos sobre as máquinas) de “Intelecto Geral”. Segundo Marx (1875), a capacidade criativa de produção é resultado da soma de conhecimento da sociedade funcionando como um todo. As máquinas, em sua época instaladas nas grandes indústrias de massa (as caixas pretas de sua época), eram o resultado da objetificação desse conhecimento geral em aparatos técnicos, que passavam a capturar o trabalho de outros trabalhadores.

Muitos autores como Gilles Deleuze, Maurizio Lazzarato, Paolo Virno, Antonio Negri, entre outros, desenvolveram esta ideia para novas abordagens sobre a produção cultural no mundo contemporâneo, baseando-se na ideia de “máquinas abstratas” de produção. Neste sentido, poderíamos entender a disciplina da arquitetura como uma máquina em si, que coloca “clientes”, “arquitetos”, “teorias”, “valores” e “sujeitos sociais” determinados em um funcionamento maquínico específico, onde os processos de colonização do cotidiano operam homogeneizando e reduzindo o campo de criação à lógica dominante na sociedade, e assim subjugando outras lógicas. Isto explicaria, por exemplo, as dificuldades que a disciplina enfrenta em trabalhar com processos colaborativos de produção, sempre focando em uma esfera de competição entre indivíduos, e reduzindo a voz do outro a sempre uma “participação” em uma estrutura maquínica já dada.

Diante da enormidade dos desafios que esta compreensão nos coloca, como poderia um projeto de habitação no campo buscar escapar ou subverter essa condição?

Não cabe no escopo deste trabalho levantar todos os contra-exemplos existentes pelo mundo (um bom exemplo neste sentido se encontra em Till et al., 2011). Nos ateremos a seguir a discutir como a estratégia do projeto como um “guia” pode ser uma investigação que busca contribuir para a discussão destes dilemas.

O PROJETO COMO GUIA: ABRINDO ESPAÇO PARA OUTROS SUJEITOS DO PROJETO

Louis Althusser (1971) já na década de 70 estudou como aparos ideológicos reproduziam relações sociais. Ele argumenta que “ideologia” é a maneira como uma pessoa compreende o mundo e como essa ideia o coloca em uma posição precisa para agir no mundo. Jodi Dean (2014) expandiu suas ideias para o contexto contemporâneo, argumentando que o neoliberalismo interpela (põe em posição de relação) os sujeitos a se verem como “indivíduos”, seres atomizados, agindo separadamente a partir simplesmente de um pretensão eu absoluto.

Em arquitetura, a construção de uma relação entre cliente e profissional, onde o resultado é a entrega de um projeto engessado e personalizado, é já uma interpelação em que coloca ambos em uma condição de dupla passividade.

Atomizados diante do mundo, fechados em sua pequinês, enrijecidos pela ignorância um do outro, desconhecendo o que cada um tem de experiência vivida, uns são colocados como “gênios” e “assistentes” e os outros como “clientes” e “ignorantes”.

Um passo radical neste movimento, seria abrir espaço para que ambos desenvolvessem uma ecologia de saberes, onde a troca seria possível. Para isso, o projeto, enquanto prescrição normativa da vida cotidiana, precisa ser radicalmente subvertido. Também, na dimensão de um projeto que se estende a contextos tão diversos como os infindáveis lugares

do campo, este projeto não pode ser prescritivo, mas, deveria ser potencializador de possibilidades abertas.

Gilbert Simondon (2013) em sua tese de doutorado, faz uma revisão histórica da filosofia, analisando os pressupostos do que seria um “indivíduo”. Sua conclusão é que se basear no indivíduo enquanto essência, é partir do resultado (a individuação) como se ela fosse a causa. Ao contrário disso, poderíamos dizer, de uma maneira simplificada, que ele compreende que existe uma matéria anterior ao indivíduo, que ele chama de pré-individual, e outra que se estende além do indivíduo, que ele chama de transindividual (onde individuações coletivas acontecem). Assim, para ele, os sujeitos não são estruturas absolutas e estáveis, como imagina a psicanálise de Freud. Ao contrário, somos todos estruturas instáveis, onde um processo de estruturação (sempre em movimento) ocorre. Para que isso ocorra, é preciso a criação de um processo de “mediação”, onde traços coletivos de subjetividade se articulam e convergem.

Neste contexto, e não sem seus paradoxos e desafios, enfrentamos a tarefa de desenvolver as possibilidades de implantação de um projeto arquitetônico já existente. Ao analisar a diversidade de lugares possíveis em que poderiam ser implantados, e a infinidade de formas de vida que este projeto poderia abrigar, desenvolveu-se a ideia de trabalhar o projeto enquanto um guia.

Aberto em sua natureza, um guia serve como instrumento de diálogo, como aparato de troca e interlocução. Ele é um instrumento de mediação de saberes, um instrumento de expansão das possibilidades de saberes. Ele é a possibilidade de construção de trocas e da emergência de outras subjetividades, o que permite uma ação consciente e informada pela trocas de saberes entre os arquitetos e a diversidade de seus usuários.

Se muitas vezes enfrentamos o desafio de não escrever um tratado simplificado de arquitetura, procuramos pensar este objeto como uma mediação de diálogo, e não como a

prescrição de normas. Neste sentido, pensar o projeto de arquitetura como um guia, é também subverter o que este projeto é. O que nos moveu, na produção do guia apresentado nesta coleção, foi propor um produto que poderia potencializar novas reflexões e possibilidades de produção do habitat de cada família envolvida. Assim, buscou-se usar as ferramentas e habilidades do ofício da arquitetura como uma caixa preta desconstruída, tornada aberta e disponível para que cada um possa incorporar, mediar e traduzir suas próprias decisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. 'Ideology and Ideological State Apparatuses', in Althusser, L. Lenin and Philosophy and Other Essays, New York, Monthly Review Press, 1971.

CABRAL, J. and BALTAZAR, A. 'A Magia Além da Ignorância: virtualizando a caixa-preta', in Festival de Arte Digital (Ed.) Essays Rio de Janeiro: Instituto Cidades Criativas, 2010.

CRARY, Jonathan. 24/7 – Late Capitalism and the Ends of Sleep. London: Verso, 2013.

DEAN, Jodi. Enclosing the Subject, Political Theory - SAGE Publications, Vol. 44(3), pp. 363–393, 2014.

FLUSSER, V. Filosofia da Caixa Petra: Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Hucitec, 1985.

FRIEDLAND, R. and ZELLMAN, H. The Fellowship: The Untold Story of Frank Lloyd Wright and the Taliesin Fellowship. New York: Harper Collins, 2007.

KAPP, Silke. Contra a Integridade. MDC. Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 8-11, 2006.

KAPP, Silke. Síndrome do Estojo. Noz (PUCRJ), v. 4, p. 54-60, 2010.

LATOUR, B. and WOOLGAR, S. Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts. New Jersey: Princeton University Press, 1986.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFGM, 1999.

LEFEBVRE, H. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

MARX, K. 'Fragments on Machines', in Marx, K. Grundrisse. London: Penguin Books, (sem data[1857]). Available at: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/> (Accessed: 03 April 2007)

MAZZUCATO, M. , The Entrepreneurial State. London: Demos, 2011.

PADGETT, K. Thomas Edison's Research Laboratory. (2016) Available at: <http://agilewriter.com/Biography/EdisonLab.htm> (Accessed: 30 Oct. 2016)

SANTOS, B. S. A Gramática do Tempo - Para uma Nova Cultura Política - Col. Para um Novo Senso Comum - Vol. 4. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SIMONDON, G. L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information. Grenoble: Millon, 2013.

TAFURI, M. DAL CO, F. History of World Architecture – Modern Architecture/I. New York: Electa, 1976.

TILL, J. et al. Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture. London: Routledge, 2011.





ENTRE O HABITAR E O HABITAT: QUESTÕES PARA PENSAR NO SER-NO-CAMPO

Milena D' Ayala Valva

A participação no Mini Colóquio sobre o Habitar rural, que aconteceu no final de janeiro de 2019, foi minha primeira aproximação com grupo de professores e alunos da UFG que integram o grupo de extensão “Habitar no Campo”. Fui para ver, ouvir e falar. Foi uma ótima surpresa em um formato muito interessante. Alunos de graduação do curso de arquitetura e urbanismo da UFG apresentaram o trabalho de campo desenvolvido no município de Jaraguá, com a intenção de fazer uma análise crítica da implantação de algumas unidades do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Depois, professores de diferentes formações e um arquiteto, entre organizadores e convidados, desenvolveram análises e contribuíram para a reflexão sobre o tema: sobre a produção do espaço da habitação e os possíveis desdobramentos para se pensar o que seria um habitar rural nos dias de hoje no interior do Brasil em um município específico.

Todos os convidados, menos eu, tinham organizado uma fala prévia, com textos ou performances bem elaborados. Nem todos seguiram o script, a possibilidade de pensar no assunto a partir da apresentação concreta da realidade e da vivacidade e entusiasmos de alunos tão jovens da graduação parece que inspirou para que a fala fosse mais espontânea e mais próxima do que o momento pedia.

Fui desarmada de qualquer pretensão teórica e conceitual mesmo porque o convite surgiu muito próximo à data do evento, e porque tinha poucos dados em mãos mas, muito curiosa para ver o que esse grupo iria discutir e quem sabe trocar informações, já que essa temática faz parte dos interesses do Grupo de Trabalho ao qual pertencço no curso de pós-graduação da UEG “Territórios e Expressões Culturais no Cerrado” (TECCER) intitulado “Cidades, Sistemas e Habitar”.



O primeiro ponto positivo que vi foi a importância dada ao Trabalho de Campo. O método do “ir pra ver”, como indica Ferrara (1999), é indispensável para pesquisas desse tipo. Os dados diretos, colhidos em uma viagem ao município de Jaraguá com o objetivo de visitar e avaliar algumas unidades em construção revelaram três tipos de dados: os colhidos nas entrevistas aos beneficiários do PNHR, os registros fotográficos dos locais e das construções em andamento, e as anotações e desenhos sobre a questão da construção e implantação das habitações.

Foram visitadas três construções em andamento, que deveriam seguir o Projeto Arquitetônico de 80 m² desenvolvido exclusivamente para esse programa em Goiás e gerenciado pela Caixa Econômica Federal. O projeto foi apresentado nos slides, assim como as famílias que foram entrevistadas. A fala dos alunos ficou centrada nas questões construtivas, na apresentação do projeto, nas análises relativas à implantação da casa e naquilo que eles identificaram como equívocos na execução da fundação. A partir da apresentação das entrevistas foi possível colher de maneira indireta, informações sobre o cotidiano das famílias nessas propriedades rurais, da maneira como usam o espaço em que vivem para o trabalho, lazer e para o abrigo. Essas informações, porém, não estavam organizadas de forma sistemática, mas permeavam as falas dos alunos ou surgiam na descrição de alguma imagem apresentada.

Poder falar diretamente aos alunos, sem a necessidade de seguir uma argumentação prévia, me deu liberdade de levantar alguns questionamentos que surgiram do que vi. A primeira questão que levantei foi sobre a maneira de apresentar um projeto de arquitetura. Temos por aqui o hábito de partir da planta baixa, com ênfase na distribuição e apresentação dos ambientes. Uma prática brasileira bastante usual que revela um pouco de como é o entendimento do conceito de habitar entre a classe de arquitetos e urbanistas. Mas será que é isso mesmo que importa num primeiro momento de aproximação

com um projeto? Será que todos os condicionantes que envolvem essa ação podem ser revelados de imediato com a simples descrição funcional?

Essa questão coloca luz sobre a própria natureza do projeto e da temática que estão sendo abordados. Como pensar em um projeto que deva contemplar os desejos e necessidades de habitar o campo? Nas zonas rurais brasileiras, a predominância é de uma arquitetura vernacular, feita sem arquitetos, baseada no saber fazer local que é transmitido informalmente, de geração em geração e que conta com a questão do tempo e da permanência de significados. Nesse tipo de arquitetura se dá muita importância para a implantação no sítio, que aproveita as características da propriedade, da natureza, do uso dos materiais locais que garantem conforto térmico e que aproxima muitas vezes, das técnicas tradicionais da arquitetura brasileira. Na propriedade rural, o programa de necessidades não se restringe ao lugar da morada, já que existe uma complexidade ligada às atividades desenvolvidas ali que devem ser analisadas caso a caso mas que estão ligadas a criação de animais, plantio de lavoura, árvores frutíferas e muitas vezes, à produção dos derivados dessa produção.

O que deveríamos, então, priorizar na apresentação de um projeto arquitetônico dessa natureza? A caracterização contextual do lugar parece ser indispensável para qualquer tipo de modalidade, urbana ou rural. No caso dos projetos para o município de Jaraguá não deveria ser diferente. Ainda mais se tratando de uma cidade de longa tradição na história do Estado, que surgiu no século XVIII em função da mineração do ouro. Muito da arquitetura tradicional dessa cidade já se perdeu. Na área urbana são poucos os vestígios presentes que contam essa história do antigo arraial mas, nas zonas rurais, em função dos poucos recursos e dificuldade de acesso, é mais comum perceber um pouco dessa tradição ainda hoje.

Apresentar a história do lugar, descrever as características do seu sítio, da natureza, das apropriações identificadas, das

técnicas construtivas existentes, das cores, dos hábitos, das atividades que relacionam os diferentes ambientes rurais que giram entorno da casa, do quintal e do trabalho pode ser um bom começo. Além disso, seria interessante também refletir de onde vêm essas pessoas que ainda se dedicam às atividades rurais e vivem e sobrevivem do campo. A interação do homem com o seu território, é uma das definições do habitar. Di Felice (2009, pg. 21), lembra que essa interação assinala o “surgimento de culturas diversas que atribuem ao espaço em torno, à paisagem e ao habitar, significados e funções diferentes”. O habitar rural está muito ligado a relação entre uma tradição de construir e de se apropriar do espaço com a paisagem física e cultural, onde se percebe, na maioria das vezes a continuidade dos sistemas tradicionais. A estrutura vernacular onde se desenvolve esse habitar rural parece estar em risco, como alerta uma conferência do ICOMOS (1999) em consequência da homogeneização da cultura e da transformação socioeconômica.

Considerando tudo isso, é oportuno refletir sobre o projeto arquitetônico analisado pelo grupo de pesquisa da UFG. Utilizando de técnicas construtivas atuais: estrutura convencional de concreto armado, alvenaria de tijolos furados, estrutura do telhado de madeira e telha de barro, o programa de necessidades contém 3 quartos, um banheiro, sala e cozinha tipo “americana”, área de serviço e varanda distribuídos nos 80 m², configurando um retângulo, uma caixa fechada com varanda e cobertura de barro.. O projeto não possui variações, nem indica possíveis agenciamentos nem ampliações. A tipologia e configuração, portanto, são similares ao que vemos nas áreas urbanas de qualquer cidade brasileira. Além disso, a maneira como a cozinha é agenciada, de forma integrada com a sala e denominada no projeto, de “cozinha americana”, colocam dúvidas sobre o real entendimento do habitar rural. Esse cômodo exerce múltiplas funções no mundo rural, e sustenta muitas vezes as atividades que garantem renda a família e a identidade de um jeito de morar. Portanto, essa importação desde a nomenclatura até a sua disposição, vinculadas mais à uma realidade urbana, filiados à um de um

jeito de morar genérico parece que não estão condizentes com a realidade rural de Goiás.

Outra questão é a padronização evidente em todos os casos apresentados, o que revela a adoção de um modelo a ser seguido e repetido quantas vezes for necessário. Recorrendo ao site da Caixa Econômica Federal, é possível ver que uma das exigências do Programa é justamente a de “apresentar o mesmo regime de construção para todas as unidades habitacionais vinculadas ao projeto de intervenção”. A ressalva presente no edital, que indica a necessidade de considerar as peculiaridades de cada contexto elege aquilo que pode ser considerado como exceções já que identifica que “empreendimentos voltados ao atendimento de comunidades quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais” devem “respeitar as tradições, costumes e valores locais que expressem a diversidade”².

Mas se fôssemos pensar na qualidade do construir como uma possibilidade de ressaltar o habitar, isso não deveria ser uma exceção mas, uma regra, independente da comunidade que irá receber o projeto. No caso de Jaraguá, essas especificidades não foram consideradas. Questões como o clima, o custo, ambiência e a cultura de morar, deveriam ser determinantes nesse tipo de projeto. Essa reflexão me fez lembrar de uma publicação dos anos 1970 intitulada “Roteiro para construir no Nordeste: arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados”, do arquiteto Armando de Holanda. Nesse pequeno livro que se inicia com uma epígrafe de João Cabral de Melo Neto, é possível recorrer a essência de um fazer arquitetônico que procura evidenciar a “arché” dessa profissão:

A arquitetura como construir portas, de abrir; ou como construir o aberto; construir, não como ilhar e prender, nem construir portas abertas, em portas; casas exclusivamente portas e tectos. O arquiteto: o que abre para o homem (tudo se sanearia desde casas abertas) portas por-onde, jamais

portas contra; por onde, livres: ar luz razão certa” (MELO NETO, apud. HOLANDA, 1976, s/p).

Em poucas páginas, em um livro que tem na capa o croqui suave de uma árvore frondosa que acolhe duas pessoas, Holanda (1976) fala através de textos e esquemas gráficos de como a arquitetura deve criar uma sombra, recuar as paredes, vazar os muros, proteger as janelas, construir com pouco, conviver com a natureza e construir frondoso. Para pensar na arquitetura contemporânea em um lugar quente e cheio de tradições, esse arquiteto olha para as casas dos antigos engenhos e fazendas brasileiras, observa a sensibilidade presente nas construções espontâneas, marcadas pela atenção dada à natureza, à luz, e ao clima que quando bem utilizados trazem, segundo o autor, uma “alegria diariamente renovada” (HOLANDA, 1976, p. 17).

A última questão que gostaria de tratar aqui é a de que dando ênfase ao projeto arquitetônico, a implantação no terreno e as questões construtivas, onde fica a reflexão sobre o Habitar? Será que a apresentação do trabalho não evidenciou prioritariamente aquilo que caracteriza o Habitat? Vale, portanto, uma reflexão sobre o significado dessas duas palavras que apesar de bastante parecidas, indicam caminhos diferentes. Recorrendo ao dicionário Aurélio, Habitat seria “1. Lugar de vida de um organismo. 2. Total de características ecológicas do lugar específico habitado por um organismo ou população.” E Habitar diz respeito a “1. Ocupar como residência, residir, morar, viver em (...) 2. Tornar habitado ocupar , povoar” (FERREIRA, 1986, p. 880).

A definição oficial por si só parece não dar conta da extensão da diferença desses dois conceitos mas, indica o caminho inicial. O habitat diz respeito ao aspecto físico do lugar que se vive, aos assentamentos para abrigar as pessoas e a construção de espaços para a habitação. E está relacionado, portanto a coisas e objetos, ao que se constrói. O habitar, por outro lado, está ligado à relação entre o sujeito e o meio em que ele vive e revela as questões mais subjetivas dessa posição. Seria a ação de tornar habitado e indica aquilo de Heidegger (2001)

questiona na relação ser-no- mundo, colocando em evidência a atenção que deve ser dada ao contexto que estamos inseridos espacialmente, ao modo de ver essa relação entre o ser e o modo de ver o seu mundo. O modo de ver está diretamente ligado às questões da percepção e é o que possibilita apreender o cotidiano do espaço habitado. É na interação do homem com o território que está a chave de interpretação do habitar, talvez voltar a observar com sensibilidade, como fez Armando de Holanda, pode nos dar pistas interessantes de como desenvolver projetos mais adequados para o ser-no- campo, que, nos dias atuais também está em transformação.

NOTAS

² Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DI FELICE, Massimo. Paisagens Pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as

formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.
FERRARA, Lucrécia D □. Olhar periférico. São Paulo Edusp, 1999.

FERREIRA, Aurélio, B. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, M. Ensaios e conferências. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOLANDA, Armando de. Roteiro para construir no Nordeste: arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados. Recife: UFPE, Mestrado de desenvolvimento urbano, 1976.

ICOMOS. Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo, 12o Assembleia. México: outubro de 1999. Disponível em < [tps://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/vernacular_sp.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/vernacular_sp.pdf)>





VITALIDADE DAS MORADAS RURAIS: DESCALÇAR

Luciana Helena Alves da Silva



A morada rural pode ser interpretada em suas dinâmicas configuracionais, ou seja, que lhe seja permitida a capacidade de demonstrar-se como Campo Social do traço da ruralidade e seus agentes, por Bourdieu. Conhecer e respeitar suas características Sociais primárias; com seu potencial sintático de promover o intercâmbio entre o comportamento inconsciente materializado na forma de uso do espaço doméstico. Permite através da incorporação das estruturas, no sentido literal mesmo, como nossa extensão corporal (morada) ser tomada pelas estruturas da sociedade: a sociedade se reproduz dentro de nós, de forma inconsciente, mas externaliza-se materializada na geometria de sua concepção Arquitetônica. Mas para além do espaço geometrizado, a morada rural encontra na abordagem cultural na Geografia sua expansão com Bachelard enquanto

conceito de habitar, caracterizando-se como o nosso lugar no mundo, construído, demorado, dedicado, mais explicitamente, somado ao mundo vivido, onde a moradia rural equipara-se ao sujeito na fenomenologia da alma.

Para iniciar, num contexto mais geral devo lembrar que sabemos mais sobre as outras espécies, pelo menos do ponto de vista dos comportamentos intuitivos, do que sobre nós mesmos e se o objetivo é de fato estudar as formas de morar no rural, talvez seja mais importante, pelo menos em certos momentos, analisar a moradia rural em si mesma mais do que realizar o desenho dos projetistas ou das obras, ou a importância que elas têm, mas o ambiente construído em si próprio e observar como ele funciona é de fato uma das formas em que eventualmente o design e o próprio projeto podem e deverão avançar. Este é um dos maiores debates nas escolas de Arquitetura e Urbanismo, bem como fora delas.

Em sua reflexão sociológica, Bourdieu diz que nós repetimos os comportamentos sem saber que estamos repetindo. Este comportamento vai ser aprendido inconscientemente, ele é interiorizado, incorporado em nós através de mecanismos inconscientes, ou seja, através da incorporação das estruturas, no sentido literal mesmo, é como nosso corpo passa a ser tomado pelas estruturas da sociedade: a sociedade se reproduz dentro de nós, de forma inconsciente.

O que é moradia rural? Analisada pelo ponto de vista da sintaxe espacial, portanto, é um objeto físico animado pelo comportamento humano. Como estes dois elementos se

conectam? Através do espaço, que é o meio comum entre estas duas coisas: pessoas e o objeto físico. Então como poderíamos abordar as moradias rurais enquanto estruturas espaciais? Tem sido esta uma das questões da teoria da sintaxe espacial. A moradia existe pra nós por estas duas maneiras, portanto pelo espaço no qual nos movimentamos e o qual usamos.

Neste contexto, a moradia rural abordada para além da sua forma física aparente e com referência a diversas medidas, propriedades e representações com recurso à Lógica Social do Espaço, precisamos avançar para além das paredes.

Com enfoque veremos como a análise configuracional de seus ambientes permite compreender melhor os diferentes efeitos do layout espacial na vida doméstica. Os resultados permitem informar melhor o processo de decisão política e técnica na construção destes espaços, mas nos faz reproduzir sem conhecer a alma das repercussões e ressonâncias que esse espaço nos permite experimentar, pois segundo Bachelar não há poesia, se não houver criação.

Esse espaço e essa forma desse espaço é que condiciona a forma como nós vivemos ou projetamos, quer a nível macro (cidade) ou no espaço de interior das moradas (paredes, condicionado pelo mobiliário, etc). Portanto o espaço tem também características, é contínuo, ao contrário da forma, que é descontínua. O espaço é contínuo, portanto um conjunto de permeabilidades, é delimitado (por barreiras), é constituído por um

conjunto de espaços largos e estreitos, possui uma rede de interconexões e pode ser visto de uma forma inter escalar, ou seja, podemos falar do interior de um edifício delimitado pelas barreiras (paredes), ou podemos falar de um espaço urbano, uma região, etc. E com todas estas características e propriedades é possível medir o espaço. Ele é tangível, de uma forma geométrica e topológica.

Então, a lógica social do espaço tem presente duas ideias: o espaço enquanto objeto de estudo e o espaço como configuração. O primeiro, o espaço enquanto objeto de estudo em si mesmo é porque ele não é só o suporte de nossas atividades, não é só o background, ele participa da forma como nós nos movimentamos, nos socializamos, enfim um determinado espaço permite-nos que nos comportemos de determinada maneira.

Mas o espaço também nos convida a conhecer sua estrutura poética, onde podemos experimentar descalços sua topografia fenomenológica, partilharmos de forma mais profunda, para além da geometria e da materialidade, sua imaginação poética. A busca pela realidade sensível, através da topoanálise, nos convidando a conhecer mais de perto o que seria essa moradia rural em sua magnitude.

Ali na morada rural pode-se experimentar para além das paredes, o quanto se caracteriza como marcador de resistência e de transformação, a morada enquanto elo de cuidado com as pessoas e o meio ambiente e o quanto ela representa um lugar de expressão cultural e de forças políticas. A partir dessas imagens temos como sublimar tal qual a encaramos anteriormente apenas como espaço configuracional, porque fenomenologicamente a imagem que essa morada passa a ter advém de uma poesia que lhe é própria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Bourdieu, Pierre (2002), Esboço de uma teoria da prática – precedido de três estudos sobre etnologia cabila. Oeiras: Celta.

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa grande de fazenda e a casa urbana. Dissertação mestrado UFRN, Rio Grande do Norte, 2002.

GUERREIRO, Maria Rosália. LISBOA E A LÓGICA SOCIAL DO ESPAÇO. Aula aberta, CIUL Lisboa 6/4/2016. disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=laygcmrr7ds&t=109s>, acessado em 25/08/2017.

TURIM, Roti Nielba. Aulas: Elementos de Linguagem, USP, São Carlos, 1992.





“O MEU QUINTAL É MAIOR QUE O MUNDO”: O HABITAT RURAL E AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICOS-GEOGRÁFICAS DAS SOCIEDADES MUNDIALIZADAS

Eguimar Felício Chaveiro



O verso do poeta mato-grossense Manoel de Barros – “o meu quintal é maior que o mundo” – reivindica uma atenção preciosa: morar é um ato humano de múltiplos significados. Para a criança rural do espaço da tradição, de fato, o quintal é maior que o mundo, pois nele se vê as primeiras estrelas, encanta-se com os passarinhos, transforma o que é real em fantasia, inaugura-se os primeiros medos e descortina-se as primeiras aventuras. O mundo do quintal para a criança, logo, é um mundo de memórias primordiais e de construção de registros estéticos definitivos para a vida que segue.

Entretanto, o campo brasileiro, no intervalo de 1950 para 1970, intercedido pelo que é denominado “modernização conservadora”, torna-se alvo de mudanças de sentido social. Decorre dessas mudanças a profunda mobilidade de camponeses expropriados de terras e de condições de trabalho para as cidades; a disputa pela terra e a

sua apropriação mediada pela renda da terra e por empresas agrícolas que, mais tarde, servem aos impérios agroalimentares. A antiga fazenda dá lugar à empresa agrícola; alteram-se as forças produtivas – e também, a moradia, o morar e o morador. Isso posto, abre-se a porta do método: pensar o habitat rural requisita interpretar as determinações histórico-geográficas do campo.

Trata-se, pois, de observar as mudanças do habitat – e do que o circunda – da troca simples à troca acumulada. Isto é, perceber que, no período do troca simples, a ligação com a terra; o trabalho rústico e manual e o poder patricarcal fundindo crença cristã e propriedade da terra, fazem aglutinar poder, classe social e sociabilidade. A moradia, o morar e o morador são implicados por essas relações.

Com a ordem da troca acumulada estimulada pela modernização conservadora do território e do campo, tanto os materiais com os quais constroem as casas como os móveis que compõem a moradia; as relações de poder e os aspectos simbólicos mercantilizam-se tal como a terra, a proletarização do trabalhador rural e o modo de efetivar a dominação de classe. Pode-se dizer que o habitat rural ganha tons do habitat urbano, do ritmo e da vida urbana, inclusive na alimentação. O quintal torna-se um mundo pequeno, o próprio quintal se a pequena.

Nas sociedades mundializadas atuais, a concentração da terra, o monopólio da riqueza, a financeirização e/ou comoditização dos bens agrícolas, o poder dominante dos impérios agroalimentares no controle da cadeia produção-circulação e consumo invadem o habitat rural, o seu sujeito, o morar. Decorre disso a intoxicação de águas, a erosão do solo e das espécies, o envenenamento do alimento, o desmatamento e uma vida tóxica, pois presidida pela desterritorialização global do trabalho e por uma sociabilidade envenenada.

Essas considerações nos conduzem a pensar o habitat rural como um componente político. Um componente político que faz referência à existência, às relações afetivas, ao poder da mulher, das crianças, de idosos. Entende-se que morar é uma forma de ser no mundo; e o ser põe em ação o habitat em todas as suas dimensões. No morar o íntimo, a corporeidade, o tempo livre voltam-se ao quintal, se ele existir. E se não existir está posto é desafio: convém lutar por Ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BARROS, Manoel. Livro sobre nada. São Paulo: Record, 1996.

BUNDE, Altacir. OS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS (IEDs) SOBRE A (RE) ESTRUTURAÇÃO E ESTRANGEIRIZAÇÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO BRASIL. Tese de doutoramento – UFG/IESA – Goiânia-2017

CHESNAIS, F. A mundialização do capital, Rio de Janeiro, Xamã, 1999.

INOCÊNCIO, M. Erlam. A DIMENSÃO GEOPOLÍTICA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO CERRADO. Gráficoamericalatina, 2012: 1-15.

RIGONATO, V. D. POR UMA GEOGRAFIA DE/EM TRANSIÇÃO: R: EXISTÊNCIA E (RE)HABITAÇÃO DOS GERAZEIROS NO MÉDIO VALE DO RIO GUARÁ, São Desidério-Ba, Tese de doutoramento – IESA-UFG, Goiânia:2017.





A DIMENSÃO POLÍTICA DO MORAR

Ana Carolina de Oliveira Marques



Tratar, pensar, elaborar acerca da moradia rural demanda enunciar, ainda que de forma rasteira e aligeirada, as diversas “camadas” que incidem sobre esse fenômeno social. Começo enunciando três aspectos ou perspectivas para se abordar (e consequentemente, intervir) na questão da moradia: 1. A dimensão macropolítica e econômica; 2. A dimensão formal-arquitetônica; 3. A dimensão micropolítica, cotidiana ou relacional.

No cenário político econômico mundial, temáticas importantes como as políticas públicas – e a relação destas com o setor privado – ganham centralidade. As diferentes manobras dos agentes políticos e econômicos (organizados em grandes corporações) levaram, por exemplo, a arquiteta e ex relatora da ONU, Raquel Rolnik, à elaboração da teoria da financeirização da moradia. Segundo a arquiteta, a moradia

se consolida como um setor estratégico para a reprodução do capital financeiro em tempos de crise. Entre os efeitos, o endividamento dos sujeitos, sendo o endividamento uma eficaz ferramenta de controle social e adoecimento psíquico.

A ampliação e o investimento em mais moradias pouco ou nada altera o grave problema habitacional que aflige, primeiramente, os países periféricos, mas também os países centrais que vivenciam a precarização do Estado de bem-estar social que até pouco tempo vigorava. Valores abusivos de aluguel, superlotação de moradias, coabitação familiar, precariedade de construções, moradias em situações de risco ambiental, imóveis subutilizados, bens desapropriados se apresentam como obstáculos à realização do direito constitucional à moradia digna. No que tange especificamente à moradia rural no Brasil, a precariedade das construções ganha destaque nos censos oficiais. As razões disso não são, certamente, de ordem técnica, mas política: a concentração fundiária e a ausência estratégica do Estado.

Elenquei esses componentes do problema para reivindicar o conhecimento da estrutura e da conjuntura política e econômica como fundamental para o pesquisador extensionista. Esse conteúdo o fará compreender a responsabilidade e os limites da própria ação.

“Desçamos” didaticamente à esfera formal-arquitetônica.

Aqui a situação segue desconfortável. Talvez um pouco mais, especialmente a esses que venho chamando de pesquisadores extensionistas. Se há pouco eu alertava para a importância de se conhecer minimamente a estrutura e o funcionamento do jogo geopolítico, agora compartilho com vocês a necessidade urgente de reconhecermos a nossa ignorância no assunto moradia rural. Há, via de regra, uma defasagem entre o que propomos e as demandas, as particularidades culturais dos

grupos sociais que lidamos. E aqui me coloco na mesma vala. Poderia descrever inúmeras situações em que me deparei, em campo, com as limitações da minha metodologia, das minhas referências teóricas, da minha capacidade de observação e sensibilidade diante do que os sujeitos sutilmente me apresentavam.

Morada, Casa, Edifício, Rancho, Construção, Habitat? Que palavra, categoria ou modelo melhor representa isso que materialmente abarca a vida doméstica desses povos? Vida doméstica, cotidiana, banal, rotineira, privada? Existem, e se existem como cartografo seus limites e fronteiras? O que se aplica a uma comunidade quilombola se aplica a uma comunidade indígena? Os Xavante moram do mesmo modo que os Karajá? É possível pensar a moradia dos Guarani Kaiowá a parte do território? Como definir limites de um território se a própria categoria impõe a disputa, a sobreposição de interesses, a contradição e o conflito?

Na moradia camponesa, há como pensar a casa sem o quintal? E o quintal sem o córrego, sem as matas que o circundam, sem os piquetes pro gado, sem o curral, sem a cerca, sem a vizinha viúva e dependente de cuidados de saúde, sem a estrada que dá acesso à vila?

Essas questões me paralisaram por algum tempo... por onde começar?

A resposta que construí partiu de um pronunciamento de uma liderança indígena, Ailton Krenak, no III Colóquio de Habitação nos Campos, nas Águas e nas Florestas, em Brasília no ano de 2015. Após ouvir representantes de mais de 25 movimentos sociais atuantes na questão da moradia rural, Krenak se sentiu incomodado e de forma contundente se recusou a seguir a linha de pensamento preconizada pelos discursos que o antecederam. Ele se recusou a restringir o debate acerca

da moradia ao âmbito das políticas públicas. Orçamento, normativas técnicas, materiais de construção, projetos... Krenak queria ali pensar a dimensão ontológica ou filosófica – aliás ele não estava nenhum pouco interessado num discurso sofisticado – acerca do morar. Para ele, só havia uma via para salvar o debate da corrente burocratizante que limitava a fala dos seus companheiros: abordar o morar não mais a partir do objeto, mas do sujeito. Ele seguiu com o exemplo do seu povo indígena, que milenarmente habita matas, rios, cavernas, árvores, serras.

Voltei a campo com abertura ao novo, às singularidades dos sujeitos, ao desconhecido, ao estranho. Dessa aventura, escrevi um tópico da tese, recentemente transformado em artigo, ainda em avaliação numa revista de geografia de Pernambuco. Neste artigo, exponho e comento três croquis (em anexo), elaborados numa oficina com mulheres do assentamento Canudos (Palmeiras de Goiás). As três mulheres relataram trajetórias de vida bastante distintas, também distintos foram os motivos que as conduziram até o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – e dele ao assentamento. Uma, com uma extensa experiência de militância no MST, por coerência política-ideológica decidiu morar no assentamento; a outra mulher, após ter seu filho atropelado na cidade que morava, cujo responsável fugiu da cena e omitiu socorro, viu no assentamento o último refúgio para se esquivar da violência urbana; e a última mulher, após anos de depressão, aceitou o convite do seu tio (já morador do assentamento) e desenvolveu, em “parte da parcela” que passou também a ocupar, uma fruticultura, cujos derivados são hoje comercializados no mercado orgânico nacional e lhes rendeu alguns prêmios.

O morar no assentamento tem um significado peculiar para cada uma delas. Digamos que um de ordem mais política

(numa conotação *stricto sensu*), outro familiar, outro psíquico. Essa taxonomia é meramente a fim de análise, afinal, o morar é, invariavelmente, um ato cultural e político. E aqui adentramos à dimensão micropolítica, para utilizar um termo cunhado por Félix Guattari.

O morar é atravessado por valores, e estes pautam a relação entre os sujeitos, e destes com os objetos. A relação conjugal, o lugar da mulher, a educação dos filhos, a alimentação, a seleção das fontes de informação, os sistemas de recepção das informações, os parâmetros de saúde-doença, a relação com a arte, com o humor, as nuances da sexualidade, a gestão do dinheiro, as violências materiais e simbólicas (marido-mulher, pais-filhos, empregador(a)-empregada). É nesse emaranhado de sentidos e significações que a moradia torna-se um tema espinhoso aos movimentos sociais.

Acostumados numa tradição dos grandes conflitos, compostos por nós e os outros, os inimigos externos, não é fácil reconhecer o que em nós age contra a nossa “consciência”. Categorias que nos são fundamentais para entender a realidade, como a de classe social, na dimensão micropolítica se mostram insuficientes. Cito uma das teses freudianas para enfatizar a complexidade, por exemplo, do que está em jogo na educação dos filhos: segundo Freud, os sujeitos tendem à servidão psíquica, resultado de inúmeros mecanismos (entre eles a educação recebida dos pais) de internalização da servidão sociopolítica na constituição do aparelho psíquico. Nesse sentido, não há como falar de liberdades sem tocar no universo da educação doméstica.

Da mesma forma que a educação que os pais dedicam aos filhos é em certa medida determinada por um jogo de poder que mantém a ordem social no maior grau possível de heteronomia e controle, outras camadas da vida cotidiana o

são. Poderíamos desenvolver aqui acerca da alimentação e da indústria de agrotóxicos. Mas o que permeia todos esses campos é a primazia da ordem para o consumo, como revela Lefebvre em seu livro “A vida cotidiana”.

Há uma cultura do morar para o consumo

Para sua efetivação, foi-se e é necessário serializar objetos e comportamentos, forjando desejos padronizados. Nega-se exatamente aquilo que Ailton Krenak reivindicava: as singularidades dos sujeitos. Há, portanto, um projeto de sociedade (individualista, serializada, consumista, compulsiva, conformada, distraída dos grandes debates da vida política e social) por trás desse projeto de morar que teve no cinema norteamericano seu principal vetor. A mulher como cuidadora do lar, o homem como provedor, os filhos como objeto de expectativa e investimento dos pais, a gestão dos bens domésticos, a família nuclear como célula fundamental na vida social, a desintegração das comunidades/clãs, a circunscrição da infância à casa, a cultura do automóvel, a difusão do fast food, enfim, os parâmetros de uma vida bem sucedida e a imposição de um único modo de espacialização e temporalização (racionalizado, mensurável, modelizado, manipulável).

Segundo Rolnik e Guattari: “A ordem capitalística produz os modos das relações humanas até em suas representações inconscientes: os modos como se trabalha, como se é ensinado, como se ama, como se trepa, como se fala, etc.” (1996, p. 42). Antes disso, adverte: “A experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano: interrompem-se os processos de singularização. É, portanto, num só movimento que nascem os indivíduos e morrem os potenciais de singularização. Tudo isso constitui uma imensa fábrica de subjetividade, que funciona

como indústria de base de nossas sociedades” (idem, 1996, p. 38).

Exposto o problema, finalizo com algumas questões:

A cultura do morar deve ser pautada no âmbito dos movimentos sociais?

É importante questionar esse modelo na conformação, por exemplo, de um assentamento rural?

Quais as vias para se promover esse debate?

Quais experiências em potencial são impedidas por esse modelo?

É possível construir/fomentar, no morar, ainda que pequenas liberdades?

O morar pode ir ao encontro do nosso desejo ao invés de enclausura-lo em padrões heterônomos de vida e consumo?

Não tenho as respostas, apenas defendo que é preciso inventar novas formas de sociabilidade na vida doméstica. Mas isso é tarefa de arquiteto.





HABITAÇÃO RURAL EM GOIÁS: ENTRE O DIREITO À CIDADANIA E A LUTA SOCIAL POR POLÍTICA PÚBLICA

Karla Emmanuela R. Hora



Ainda que a dicotomia urbano-rural tenha sido superada nos estudos recentes da produção acadêmica brasileira¹, com especial destaque para as temáticas que abrangeram noções sobre desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e novas ruralidades, o rural ainda é visto, por muitos, como um lugar da precariedade e da ausência de serviços públicos e infraestrutura. Essa condição se expressa de diferentes formas, seja na baixa cobertura dos serviços de saneamento básico (BRASIL, 2013), seja no fechamento das escolas do campo (COSTA, ETGES, VERGUTZ, 2016).

Sob diferentes aspectos, as políticas públicas não foram indiferentes a esse contexto, embora algumas vezes tenha colaborado em processos de modernização do campo que resultaram na expulsão de camponeses das áreas rurais, a exemplo do processo denominado por Silva (1982) de ‘modernização dolorosa’. Em termos de oferta de condições de permanência da população no meio rural, muito se tem questionado sobre

as políticas públicas, cuja crítica perpassa desde a não realização da reforma agrária até os limites de execução de ações de desenvolvimento e cidadania.

Apenas recentemente, com destaque para 2003-2015, o Brasil presenciou um conjunto de políticas públicas destinadas a atender as demandas específicas das populações do campo, das florestas e das águas. As políticas operadas no âmbito do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário em prol da agricultura familiar, definida no âmbito na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, permitiram atuar com ações de promoção ao desenvolvimento agrícola, orientação técnica, financiamento agrícola, comercialização (GRISA; SCHNEIDER, 2015), promoção da igualdade de gênero (HORA; BUTTO, 2014; HORA, 2018) e do etnodesenvolvimento (CERQUEIRA et al, 2015) entre outras.

Em termos de programas infraestruturais, mais especificamente destinados à produção de moradia no meio rural, os esforços foram desde a constituição do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) até o Programa Minha Casa e Minha Vida Rural (SACHO; HORA, 2017). Entretanto, a produção da habitação rural esteve envolta a diferentes críticas, face sua especificidade e complexidade (HABIS, 2011).

Mesmo visando atender a população do meio rural, o MCMV (2009 – 2011), teve uma condição desigual, com menos de 1,5% do subsídio total do programa e valor unitário por moradia baixo se comparado ao subsídio destinado para a moradia urbana: 15 mil reais para o rural e até 52 mil reais para o urbano, em 2011, para as faixas de renda entre 0 a 3 salários mínimos (HABIS, 2011). O limite de financiamento (THEODORO et al, 2016) e a dificuldade de operacionalização dos principais programas habitacionais no país frequentemente não atendem de forma satisfatória esta população (SACHO; PINTO; HORA, 2017; HORA et al., 2018).

Considerando esse cenário, este texto tem por objetivo apresentar uma pequena reflexão a produção da habitação rural em Goiás. Esta reflexão se baseia em revisão bibliográfica e documental, além na experiência da autora, em atividades de assessoria técnica junto aos movimentos sociais do campo no Estado de Goiás.

Habitação Rural: a luta pela cidadania e acesso a política pública.

As experiências de projetos de habitação rural construídos de forma coletiva e demandados pelos movimentos do campo, das florestas e das águas em Goiás é difusa. No âmbito da questão agrária, os registros mais evidentes expressam a luta pela terra; seja os movimentos camponeses e sindicais, seja a luta social vinculada a aspectos da cultura camponesa e religiosidade. A questão da moradia foi algo secundário, dado a necessidade do bem primário: o acesso à terra e ao território. Apenas em períodos recentes é que a temática da moradia passou a ser estruturada na agenda de luta dos movimentos sociais, com evidência para as demandas de construção de políticas públicas específicas. Exemplifica isto os projetos pilotos de habitação rural em 2004, ainda no governo Lula e Dilma e os debates provenientes dos três Colóquios Nacionais de Habitação Rural ocorridos em 2006, em Natal; 2011, em São Carlos e, em 2015 em Campinas (LOPES; LENZI; BORGES, 2016).

No Estado de Goiás, um projeto piloto foi executado no assentamento rural Dom Fernando, no município de Itaberaí, entre 2004 e 2005. Nos assentamentos de Goiás, Sousa e Hora (2012) identificaram diferentes situações de ausência de habitabilidade local por insuficiência de recursos destinados pelos programas e, mesmo, por falta de assessoria técnica adequada. Ademais, as dificuldades para construção do habitat do campo também estão associadas à condição de estradas, existência de

fontes de água, energia, mão de obra entre outros; o que por vezes se apresentam em condições precárias ou insuficiente.

Com a estruturação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e, posteriormente, o Programa Minha Casa e Minha Vida Rural, diferentes organizações sociais no estado passaram a executar ações coordenadas de construção da moradia rural, com destaque para as entidades sindicais de trabalhadores rurais, como a Fetaeg e Fetraf-Go e para o Movimento Camponês Popular (MCP).

A execução da habitação rural, cujo objetivo seria a melhoria das condições de vida da população rural é algo complexo. Os recursos destinados a esta política pública nem sempre dialogam com as demandas locais: tamanho da habitação; especificidade do programa de necessidades (presença de fogão a lenha; necessidade de varandas e banheiros externos; tamanho da família; relação entre as atividades domésticas e a produção etc.). Ademais, sua execução, propriamente dita, fica dependente do grau de organização e articulação dos movimentos sindicais e sociais do campo, cuja agenda de reivindicação era outra. Há fragilidade estrutural na oferta de uma assessoria técnica adequada e, na maioria das vezes, uma imposição para o uso de soluções técnicas e tecnológicas já aplicadas no meio urbano (SACHO; HORA; MIAZA, 2018).

Apesar das dificuldades, é a organização e a luta social que acabam garantindo o acesso a moradia. Os dados de construção de habitação rural não são muito precisos. Em termos nacionais, as informações disponíveis na Plataforma de Gestão de Indicadores, da Casa Civil até 2014, quando foi desativado, indicava 140 mil unidades. Em Goiás, os dados registravam a construção de 4.044 unidades habitacionais em 108 municípios e os registros de execução do PMCMV indicavam mais de 30 entidades organizadoras atuando nos municípios selecionados.

O Programa Moradia Camponesa (PMC), articulado pelo Movimento Popular Camponês, tem sido uma das experiências

exitosas de execução de unidades habitacionais rurais em Goiás. O PMC tem sido organizado desde 2008 e já coordenou quatro etapas de construção de moradias. Na primeira etapa foram entregues 323 unidades, na segunda etapa 600 unidades, na terceira etapa foram contratadas 814 e na quarta etapa mais 242 unidades, totalizando mais de 1980 unidades contratadas. Um dos principais marcos desta experiência é a participação das mulheres, a discussão dos aspectos tecnológicos e a mobilização social (SACHO, 2017; HORA et al, 2018).

Considerações Finais

Embora recentes, as experiências de habitação rural em Goiás têm se apresentado com instrumentos de luta, de resistência e de organização dos movimentos do campo. As políticas públicas, nem sempre, dialogam com a realidade rural e demandam maior capacidade de operacionalização das entidades organizadoras, exigindo mais especialização técnica dos movimentos sociais. No entanto, elas são fundamentais para a garantia e efetividade de direitos sociais básicos, exigindo, cada vez mais, que os movimentos sociais ampliem suas agendas de reivindicação e atuação.

Num momento em que o papel do Estado está sendo reduzido e os direitos sociais suprimidos, as possibilidades de melhoria de qualidade de vida são restringidas e o rural passa a enfrentar novos velhos desafios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, Edmilton (org). Povos e comunidades tradicionais e o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

COSTA, João Paulo Reis; ETGES, Virgínia Elisabeta; VERGUTZ, Cristina Luisa Bencke. A educação do campo e o fechamento das escolas do campo. In Seminário Nacional de

Pesquisa em Educação no Campo. UNISC, 2016. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sepedu/issue/view/72>

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (orgs). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>

HABIS. II COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA - Habitação Social no Campo. São Carlos, 2011. Mimeog.

HORA, Karla. E. R. UBUNTU: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. In Revista Okara. Dossiê Michel Temer e a Questão Agrária. Vol. 12, N. 2 (2018), pg. 434-466

HORA; Karla. E. R.; BUTTO, Andrea. Políticas Públicas para mulheres rurais no contexto do territórios da cidadania. In BUTTO et al (orgs.). Mulheres Rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

HORA; K. E. R. et al. HABITAR DO CAMPO: mais vida e mais qualidade para as comunidades de agricultores e agricultoras familiares em Goiás. Projeto de Extensão - PJ326-2018. Goiânia: UFG, 2018.

LOPES, João Marcos de Almeida; LENZI, Cecília Corrêa; BORGES, Amadja Henrique. O Habitat da “Não Cidade” como um problema para a Arquitetura e Urbanismo. In Revista Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo. Dossiê Habitat no Campo, nas Águas e nas Florestas. n. 17, 2016.

ROVER, OSCAR JOSÉ; MUNARINI, PAULO ROBERTO. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. Revista Katál. Pesquisa Aplicada. V. 13, n. 2, p. 260-269. Florianópolis, 2010.

SACHO, S. D. ; MIZIARA, F. ; HORA, K. E. . NOVAS DEMANDAS AOS MOVIMENTOS CAMPONESES: SANEAMENTO RURAL NO PROGRAMA MORADIA CAMPONESA. In: 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2018, Campinas SP. Anais do 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. Brasília: SOBER, 2018. v. 1. p. 1-15

SACHO, S. D; PINTO, W.; HORA, K. E. R. A trajetória das políticas públicas de saneamento rural no Brasil. In: Anais do 47 Congresso Nacional da Assemae. Campinas, p. 1245-1253, 2017.

SACHO, Sara D.; HORA, Karla E. R. Desafios para o saneamento rural no programa moradia camponesa em Silvânia e Vianópolis no estado de Goiás. In Congresso da ABES. Campinas, 2017.

SACHO, SARA DUARTE. Saneamento rural no Programa Moradia Camponesa. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais/UFG. Goiânia, 2017.

SILVA, José Francisco Graziano. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOUSA, A. C. L.; HORA, K. E. R. Mulheres do cerrado: gênero e recursos hídricos em assentamentos de reforma agrária em Goiás: Habitabilidade e recursos hídricos em áreas rurais sob perspectiva de gênero. Relatório Final de PIBIC. Goiânia, 2012. Mimeo.

THEODORO, Julia Huff et al. Financiamento Habitacional no Campo: a sustentabilidade como problemática no desenvolvimento de edificações rurais. Caso do Distrito Federal. In Revista Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo. Dossiê Habitat no Campo, nas Águas e nas Florestas. n. 17, 2016.





INQUIETAÇÕES EM TORNO DA ARTICULAÇÃO ENTRE AÇÃO POLÍTICA, PROPRIEDADE PRIVADA, SEMENTES CRIOLAS E CAMPO

Carolina Ferreira da Fonseca

I. ABRINDO O CAMPO

A produção do conhecimento no âmbito do design, da arquitetura e do urbanismo caracteriza-se como uma abordagem urbanocentrada, eurocentrada e com evidente filiação ao ranço positivista da modernidade ocidental. Habitar rural, camponeses, ruralidade na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, assim como na maioria das universidades que transitei é uma temática silenciada. De forma local, o que se configura aqui é uma abordagem pretensamente modernista, que de forma negligente silencia e invisibiliza um substrato absolutamente fundamental das configurações territoriais de Goiânia e região.

Cidade milharal, cidade pasto, cidade esquina mandiocal, cidade calçada aboboral, cidade galinheiro, cidade vende-se ovos caipira, doce, doce de leite, leite, leitoa. Em cada trajeto que percorro leio cidade-roça e de forma antagônica em cada página sobre a história urbana de Goiânia leio Cidade art déco. Divergências que atestam o sucesso do paradigma da modernidade, modernidade como ideologia, como axioma, como bandeira ordem e progresso; e roça como atraso, como dimensão primitiva, bruta a ser superada e evoluída. E é no cerne desses embates de concepção de mundo, que passo a integrar o projeto Habitar o Campo.

Falo de um lugar específico, sou neta de camponeses, de pai e de mãe, que viveram nesse fogo cruzado no Goyás quando aqui ainda se fazia terra – fogo – pólvora. Velho oeste, onde se enfrentavam grileiros, posseiros, latifundiários, indígenas, bandeirantes, quilombolas, ciganos, judeus e toda sorte de gente ainda desconhecida, num capítulo da história que só

inscreveu a narrativa de Bartolomeu Bueno da Silva. Meus antepassados cultivaram essa terra. Hoje há ainda uma pequena propriedade no município de Cumari, onde há 10 anos venho cultivando outros devires e leituras para esse lugar no mundo. Falo daqui, desse estado de percepção ativado já na vida adulta. Quando criança desfrutei do sabor da terra, da infância roça, territorialidade mítica. Quando adolescente, quase adulta, rompi, numa ruptura premeditada pela família, que entendia que roça não dá futuro a ninguém, tinha que estudar e me manter longe de lá, acreditei e fui. Me sentia perdida nas conexões entre cidade e campo e hoje percebo a densidade dessa cosmologia no meu percurso, das contradições latentes e evidentes. Desse impasse de percepção e leitura de mundo, me formei designer, fui visitar o urbanismo e agora tenho me dedicado às imbricações entre design, cidade, campo desde a Faculdade de Artes Visuais e me sinto, eu mesma como uma delas, como imbricação e impasse dessa peleja urbano-rural.

2. DE QUANDO FOMOS AO CAMPO

O projeto de extensão foi desenvolvido a partir de encontros entre estudantes, professores, dedicados a entender estudos de casos emblemáticos da produção de habitação rural no Brasil, questões políticas determinantes, sistemas construtivos e de saneamento. Em alguns encontros, lideranças do Movimento Camponês Popular estiveram presentes. Ainda considero nossa aproximação com a experiência deste movimento superficial, mas potente como disparadora de um campo de questões relativas às lutas políticas, modos de ação, território, casa, terra, entre outros.

As questões apontadas nesse texto emergiram especificamente a partir do trabalho de campo realizado no município de Jaraguá, quando visitamos 5 moradias produzidas pelo Movimento Camponês Popular. Foi um dia de trânsito entre essas propriedades, algumas em situação

finalizada, outras em estado de canteiro, conversamos com os/as moradores/ras, andamos pelos quintais, tomamos café, proseamos, almoçamos no pátio de uma Igreja Evangélica, onde a liderança do Movimento organizou uma refeição coletiva. Algumas casas eram avizinhas, pois os beneficiários eram familiares, outras ficaram em situações mais remotas, distantes do Distrito XXXX. Foi uma rápida travessia deste território que me reconectou com o livro *Cartografia social: Terra e Território*, organizado por Henri Acselrad; e o livro *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal* de Milton Santos.

3. UM CAMPO DE DISPUTAS

A perspectiva de Milton Santos (2000), indica o campo como um lugar super urbano, mais urbano que a própria cidade. Trata-se de um território inserido e mergulhado no sistema mundo, ou no meio técnico científico informacional, nas palavras do autor. Na sua perspectiva, o sentido de rugosidade, categoria conceitual que articula dimensões de historicidade, memórias, territórios e sujeitos é mais achatada no campo do que na cidade. As rugosidades do campo são tratadas numa operação tábula rasa ainda mais radical do que as conhecidas grandes reformas urbanas e suas amplas demolições do início do século XX. No campo, território espalhado, com habitats esparramados, refém dos poucos contatos, as resistências ganham corpo no coração dos movimentos sociais de luta pela terra fazendo frente à militância pela reforma agrária; e pelo território nos fronts pelo reconhecimento e demarcação.

Um debate traçado no livro *Cartografia social: Terra e Território* é colateral à reflexão aqui proposta, no que se refere ao Movimento Camponês Popular e seus mecanismos, estratégias e sentidos de ação política. A questão guia do livro é: Quais obstáculos políticos o campo interpõe frente às investidas da expansão das fronteiras do capital agroindustrial, mínero-metalúrgico, energético-empresário

e financeiro? De acordo com Henri Acselrad (2013) a luta e ação política engendrada a partir do campo configura-se como um aglomerado múltiplo, cindido teórica e empiricamente em duas classificações de sujeitos: camponeses e povos tradicionais. Frente à essa cisão o autor aponta para abordagens conceituadas como Antropologia dos Grandes Projetos, Antropologia Econômica e Antropologia da Territorialidade, no sentido de superar a partição em duas categorias, que passam inclusive a concorrer entre si no acesso ao direito à terra e território. Tais abordagens são tributárias das seguintes hipóteses recorrentes na livro: 1) as lutas sociais são lutas territoriais; e 2) o território é o elemento condensador de direitos e, portanto, trata-se da plataforma primordial nas experiências emancipatórias.

Observo que este debate possui uma diferença significativa com relação à ação política do Movimento Camponês Popular, pois para estes a disputa pela terra/ território não configura instância de agregação política. Os beneficiários do Programa Moradia Camponesa já são titulares de propriedades rurais, via de regra pequenas propriedades. Por outro lado, mesmo como cidadãos assegurados pela garantia do direito à terra, a casa qualificada construtivamente asseguraria mais uma camada na possibilidade do existir e do bem viver nos territórios rurais. E isso é substancial na atual conjuntura de esvaziamento e expulsão dos sujeitos do campo e anulação dos processos de resistência ao capital agroindustrial, minero-metalúrgico, energético-empresário e financeiro.

São múltiplos os mecanismos de exclusão das políticas públicas que definem grupos proprietários e expropriados do território brasileiro, são sobretudo, cruéis, violentos e perversos. No Brasil profundo, quinhão fatiado mais recentemente, as evidências de violência contra as populações do campo, da roça, sejam camponeses e/ou povos tradicionais explicitam a força e relevância desses movimentos no que se refere à possibilidade de constituir um território brasileiro mais caboclo, ameríndio, roceiro e menos agroindustrial,

latifundiário. Isso para dizer da importância inquestionável da ação política do Movimento Camponês Popular. A eficiência do movimento é notável, são mais de 3000 casas construídas desde 2008, quando o MCP foi fundado, ou seja, um efetivo impacto na dimensão da vida cotidiana de um conjunto expressivo de sujeitos territorialmente referenciados.

De modo que o MCP insere-se na trama de forças das políticas do/no/ com o campo, resilientes e resistentes às forças hegemônicas da guinada ultra neo liberal nos idos de 2019. A estrutura produtiva desta política pública de habitação de interesse social rural, subdivide-se em duas frentes. O Estado se responsabiliza pelo recurso para a compra dos materiais, via repasse pela Caixa Econômica Federal e depois apenas pela fiscalização do sistema de mutirão assistido. Todo o restante é de atribuição dos movimentos sociais, o que pode tanto apontar para processos de emancipação e autonomia dos movimentos como descambar para sistemas de empresariamento dos próprios movimentos sociais. A proibição de sistemas construtivos mais plurais e o uso estrito de materiais e técnicas filiados ao contexto do lobby do cimento já configura um entrave nos processos de conquista de autonomia política via conquista e domínio de outros sistemas construtivos, mais caboclos, ameríndios e autóctones.

Me pergunto então sobre qual a potência de coesão e tensionamento políticos, quando a pauta central da reivindicação do movimento é a propriedade privada? Essa pergunta convoca uma tensão entre o social e o privado, o comum e o doméstico. O Movimento Camponês Popular pauta sua ação política pela conquista do direito de acessar a casa própria. A conquista da casa própria significa ao mesmo tempo realização e emancipação dos sujeitos frente a situações de precariedade, mas, paradoxalmente pode significar uma instância de luta política achatada. Os liames de constituição do comum e política cotidiana podem estar sistematicamente fragilizados se a casa própria e a realização da propriedade privada equivaler a um fim e não um meio. E depois da

casa construída, pintada como estes sujeitos sociais seguem inseridos e agregados na luta política?

Levanto tais dúvidas como decorrências estruturais deste conjunto de disputas políticas, por terra, território, moradia camponesa e subsídio produtivos. Penso tais disputas contextualizadas num país cujo regime fundiário é determinado pela operância hegemônica da propriedade privada e da titulação individual em contraponto às experiências mais recentes de titulação coletiva e constituição do bem comum. A ação política dos movimentos sociais camponeses lidam com o desafio de criar modos de permanecerem juntos e juntas.

Wendell Ficher Teixeira Assis (2013, p. 203) aprofunda neste debate, situando a figura do Estado como agente muitas vezes atalho no processo de manutenção da hegemonia deste regime fundiário. A perda substantiva do valor produtivo da terra frente à ascensão do valor especulativo atesta a posição estratégica do Estado perante as estratégias do bloco hegemônico a respeito da titulação da propriedade: “Uma demanda por terra não desafia, necessariamente, as regras e regulações com que se administra o direito à propriedade, ao passo que uma demanda territorial evoca questões de poder, de afirmação de identidade, de autogestão e controle dos recursos naturais, procurando impor uma territorialização que, no interior do espaço nacional, é fundamentada na cidadania territorial.”

A articulação da pauta “acesso à moradia” a outras pautas políticas podem engendrar dinâmicas de territorialização de sentidos de habitar o campo enquanto expansão da cidadania territorial, não circunscrita apenas à conquista da casa própria. O MCP dedica-se também à multiplicação e cultivo de sementes crioulas. Durante a visita em Jaraguá, Roraima, liderança do MCP, vestido com sua camisa verde bandeira, que levava nas costas o manifesto: soberania alimentar. Ele levava no bolso sementes de milho, esse procedimento de transporte era muito colateral, passou quase despercebido, não fosse a observação de Thiago, professor companheiro da

jornada. Poucos de nossa equipe havíamos notado, mas ele levava as sementes no bolso e em algumas casas oferecia aos moradores. Esse gesto tão minúsculo reposicionou, ao meu ver, a potência da ação política do MCP.

A semente crioula e a casa própria parecem visibilizar o caráter multiescalar da ação política do MCP. Em um ponto, a casa própria como epicentro das tramas fundiárias do capitalismo contemporâneo, efetivada a partir de propriedades de titulação individual e privada e ressonante também dos pressupostos de neutralização aos processos mais radicais de ruptura e transformação política; sobreposto a ela, a semente crioula, como dimensão multitudinária, seres em estado de latência prontos para irromperem e povoarem terra e território de soberania alimentar e cidadania territorial.

A pergunta de Milton Santos sobre o que resiste frente ao sistema agrícola, parece ressoar no caso do Movimento Camponês Popular a partir da articulação entre a política das sementes crioulas, como materialização de microeconomias de trocas e a possibilidade entrelaçamento territorial engendrada para além da casa própria. A semente indica que algo subterrâneo, ínfimo e pequeno pode catalisar processos políticos de autonomia, expansão e soberania. A casa, a varanda e a cozinha da moradia camponesa, colocam-se apenas anfitriãs, a protagonista vai dentro do bolso, talvez seja ela, um elo de fertilização da luta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, n. 322, 2002.

ACSELRAD, H. (Org.) *Cartografia social, terra e território*. Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 2013

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.



ESTÍMULOS AO LABOR COMUM: COOPERAÇÃO E TRANSDICIPLINARIDADE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Thiago de Araújo Costa



Na condição de geógrafo e pesquisador em estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás, gostaria de partilhar um ponto de vista que advém do interesse pelos rebatimentos teóricos e metodológicos que uma atividade de extensão (marcantemente empírica e implicada no ‘desencastelamento’ do conhecimento científico) pode suscitar no pensamento socioespacial. Atualmente, me ocupo em desenvolver um trabalho de pesquisa que pretende ultrapassar a distinção binária entre rural e urbano, imaginando outras sínteses territoriais e focando uma cartografia que contemple ruralidades urbanas, como no Grupo de Pesquisas Entrópicos optamos por denominar.

Minha abordagem deseja frisar um círculo virtuoso que se constitui da retroalimentação de diferentes esferas da atuação universitária, especialmente a extensão e a pesquisa. Interessa-me sublinhar o caráter transdisciplinar deste projeto de extensão em curso, para que possamos refletir sobre os efeitos de uma aposta na produção do conhecimento em um contexto de grupalidade) e também vislumbrar desdobramentos para essa conversação que aqui intensificamos. Para além da dimensão pragmática mais visível, esta atividade de extensão universitária pode constituir-se enquanto um campo de investigação teórica.



Imagino que uma das possibilidades dessa aposta transdisciplinar é a criação de bons encontros, seja entre diferentes ciências e métodos, seja entre diferentes competências e habilidades em torno de uma situação concreta, que é contemporânea e vizinha a nós acadêmicos. A convocação que o Espaço faz por uma abordagem multidisciplinar é, portanto, aceita. No momento em que há uma valorização do encontro e da conversação o labor comum sobressai enquanto uma tônica do projeto Habitar o Campo. Tal abordagem não tem um sucesso garantido de antemão, ela se faz do encontro entre múltiplos pontos de vista correlacionando uma abordagem interdisciplinar do Espaço. Portanto, cabe ressaltar que o trabalho sobre o Espaço demanda também uma atitude generosa, oposta a um viés tecnicista e burocrata, que se faz aberta ao diálogo e porosa às urgências do presente: eis um desafio no horizonte deste projeto coletivo.

Algumas perguntas estão subjacentes à minha abordagem e se vinculam à dimensão colaborativa que está na base do projeto. Por exemplo: - Como se articulam nossas diferentes habilidades? - Como a dimensão transdisciplinar nos toca na prática de criar extensões da pesquisa universitária? Como a especificidade estética e política da vida rural é contornada? Como lidar com as balizas etnográficas? Como nos relacionamos com as questões de gênero que apareceram ao longo do trabalho de campo? Como nós, participantes desse projeto, nos olhamos? Como nos ouvimos? Como criamos partituras de sintonização para otimizar nossa convivência e cooperação? Como permanecemos juntos? De fato, poderíamos fabricar muitas outras interrogações considerando, de um lado, o encontro entre geógrafos, arquitetos, designers, engenheiros e estudantes, e de outro, o encontro entre habitantes da cidade e habitantes do campo goiano.

Mergulhados em um processo construtivo, que não se restringe às habitações camponesas de Jaraguá, nos situamos num fluxo de aprendizagens mútuas, nascentes da busca por construir um modo de trabalhar em cooperação. Por isso, essa atenção sobre a metodologia do processo me convoca a pensar nas várias dimensões colaborativas que brotam desse processo que é sobretudo pedagógico, ético e estético. Na ocasião do workshop de projeto realizado em Junho de 2019, a experiência de iniciar as atividades com uma prática de sensibilização corporal, visando estabelecer a escala de um corpo coletivo como princípio, foi uma decisão que reflete esse interesse em criar partituras de sintonização que facilitem um trabalho feito a muitas mãos.

Em meu ponto de vista, convocação da transdisciplinaridade me parece uma ignição para imaginarmos e experimentarmos modos de convívio no ambiente universitário, tanto no contato entre pares pesquisadores quanto em meio à comunidade camponesa de Jaraguá. Na parceria com os integrantes do Movimento Camponês Popular - MCP reside outra dimensão do labor comum: o encontro com essa comunidade convida-nos a desenvolver modos de encontro, instâncias de contato e de trocas que necessariamente transformam nossas práticas habitualmente centradas no urbano.

Como gostaria de sugerir, aparece uma dupla articulação entre a colaboração que estamos tentando construir internamente à equipe de professores e estudantes e a colaboração com o movimento social, que se faz imprescindível para que o sentido da extensão se complete. Enfim, parece-me que duas instâncias de colaboração se complementam intensamente, colocando no horizonte um incontornável problema no que diz respeito à produção de comuns.

Arrisco pensar que a elaboração transdisciplinar que é aqui pactuada poderia vir a exemplificar uma questão que foi central no Círculo de Assessoria Técnica - CATU, ocorrido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFG) - Campus Cidade de Goiás em novembro de 2018. Naquela ocasião, foi preponderante compreender a assessoria técnica em arquitetura, produção do espaço e planejamento como um campo de pesquisas, dialogando com as provocações que a professora Silke Kapp (coordenadora do grupo de pesquisas Morar de Outras Maneiras – MOM/UFMG) trazia. Em linhas gerais, a atividade problematizou as identificações de clientes, usuários, beneficiários e comunidades que, via de regra, pautam iniciativas de assistência técnica. Nessa direção, pensar outras maneiras de reconhecer e de nomear os agentes envolvidos no processo de conexão entre universidade e movimentos sociais seria imprescindível.

Diante desta problematização acerca das nomeações que embasam nossos enlances, um primeiro passo seria distanciar um pouco o sentido de ‘assistência’, que consequentemente dirige nossa atenção aos limites de vocabulário e linguagem existentes no campo da extensão universitária. Parece urgente encontrar as palavras mais fiéis às nossas próprias práticas. Poderíamos, por exemplo, trazer o termo assessorar para descrever nosso trabalho pois ele faz uma referência mais direta ao sentido de parceria, enquanto assistir nos remete ao sentido de prover, oferecer, ajudar.

Nesse sentido, poderíamos compreender a assessoria como uma operação que retroalimenta as pesquisas realizadas dentro da universidade a partir do reconhecimento de questões singulares, no encontro com diferentes visões de mundo, criando um contato dinâmico entre movimento social e universidade. A palavra assessoria transporta a potência de expansão das investigações feitas também no âmbito de trabalhos de conclusão de curso e de pós-graduação, perfazendo uma prática que se desdobra além de seu fim.

Importante também ressaltar que a dupla articulação colaborativa demanda de nós uma abertura intensiva. Nesse sentido, cooperação transdisciplinar e assessoria do movimento social se articulam num caminho de tentativas: tentar dialogar com alguém que por vezes fala uma língua diferente da minha; tentar reconhecer as singularidades, tentar respeitar as alteridades e as outridades, tentar ultrapassar uma atitude messiânica, etc. Esta mobilização de tentativas pode ser colocada como pauta de uma conduta ética e sobretudo de valorização da heterogeneidade de falas e escutas, de visões e construções, buscando encontrar um comum a partir das diferenças de abordagem, de urgências e compromissos.

A dimensão do encontro entre campo e cidade, entre saberes locais e outros saberes, entre corpos, entre repertórios sensíveis, entre ferramentas com diferentes configurações, poderia ser entendida numa acepção ecológica. Uma ecologia política que remete às interações entre diferentes escalas, diferentes temporalidades, espacialidades, territorialidades, perspectivas e subjetividades, que trocam entre si e que agenciam a possibilidade de construção de comuns. Isso significa o comprometimento com o cultivo de inteligibilidades recíprocas, valorizando as singularidades que cada participante no processo expressa e alimentando a potência dos encontros. Mas, sobretudo, construir momentos de relação, de trocas e intercâmbios, de criação de vínculos e de desconstrução de certezas.

Referência

KAPP, SILKE. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica | Socio-spatial groups or whom technical advisory practice serves. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, v. 20, p. 221-236, 2018.



PARTE II

Experiências



SANEAMENTO RURAL NO PROGRAMA MORADIA CAMPONESA

Sara Duarte Sacho; Fausto Miziara; Karla Emmanuela Hora



O Mini Colóquio sobre o Habitar Rural promoveu um rico espaço para o debate a cerca do Programa Moradia Camponesa, reunindo os envolvidos no projeto Habitar no Campo e convidados que atuam diversas áreas com a proposta de costurar o dialogo a partir das experiências desenvolvidas por cada um com o programa. O convite para participar do evento foi inspirado pela oportunidade de poder compartilhar um pouco das experiências vividas com as iniciativas de saneamento rural no programa, que culminaram na pesquisa desenvolvida no âmbito do programa de Pos Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

Dada a oportunidade, esta contribuição procurou evidenciar as experiências vividas durante esse processo de pesquisa, acima de seus resultados e metodologia, que são próprios da linguagem acadêmica, mas que por vezes não comportam elementos que ficam nos bastidores do campo.

O primeiro contato com o programa aconteceu em 2016. Na ocasião com o trabalho no escritório do Movimento Camponês Popular com sede em Goiânia, que envolvia especialmente o levantamento e organização dos formulários, documentos e projetos exigidos pela Caixa Econômica Federal (Caixa) para contratação e acompanhamento dos empreendimentos de reforma e construção com os beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Naquele momento, o MCP vivia os trâmites para a entrega da terceira etapa do programa, quando se apresentou uma lacuna em relação ao atendimento adequado às alternativas de esgotamento nas unidades habitacionais, ficando ainda mais evidente na etapa final da construção. Nesta fase muitos beneficiários apresentavam resistência quanto à solução técnica apresentada no projeto hidrosanitário, que era a fossa séptica e sumidouro, predominando a prática da habitual fossa rudimentar, conhecida como “fossa negra”. Além da preocupação em relação à saúde pública e do acesso às condições adequadas de saneamento nas unidades habitacionais, o movimento preocupava-se constantemente com a fiscalização realizada pela Caixa.

Logo nos primeiros contatos com a “papelada”, ficou claro que diferentes racionalidades influenciam a acessibilidade dos serviços de saneamento básico em construções de habitação de interesse social rural, especialmente na implementação das soluções de esgotamento sanitário, que se referem a atuação da entidade organizadora com grupo de beneficiários; do programa de financiamento; instituições de habitação e saneamento; prefeituras; as características do processo construtivo e canteiro de obras em meio rural; modo de vida das famílias camponesas; e tecnologias adotadas.

Nesse processo foram emergindo as relações existentes entre as diretrizes, legislações, instituições e programas dedicados a promoção de habitações de interesse social e ao acesso aos serviços de saneamento básico em

regiões rurais de Goiás. Tais relações aglutinam a atuação de diferentes sujeitos e suas respectivas esferas de relação: Caixa Econômica Federal (Caixa); a Fundação Nacional da Saúde (Funasa), o Movimento Camponês Popular (MCP), as Prefeituras Municipais de Silvânia e Vianópolis; a Agência Estadual de Habitação (Agehab) e; a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima).

Diante do desafio com o esgotamento sanitário nas moradias do programa, o MCP, em parceria com voluntários da Escola de Engenharia Civil e Ambiental e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG), mobilizou um evento denominado Agenda MCP de saneamento rural, com a realização de oficinas de sensibilização e capacitação nos municípios de Silvânia e Vianópolis em agosto de 2016. O principal objetivo das oficinas foi a sensibilização dos beneficiários da terceira etapa do programa, que apresentavam dificuldades em relação a construção de uma solução de esgotamento sanitário, abordando questões sobre habitabilidade e saneamento ambiental, além de apresentar tecnologias alternativas de esgotamento e esclarecer e facilitar a leitura do projeto hidrosanitário seguido pelo programa.

Essa seria uma experiência piloto para o MCP na construção de uma agenda para ser implementada durante a próxima etapa do programa. Na etapa por vir, as questões sobre saneamento e habitabilidade seriam tratadas com os beneficiários durante todo o processo de construção das unidades habitacionais e, não apenas no final, como ocorrera na terceira etapa. Entretanto, em meio a conjuntura política; falta de recursos humanos e financeiros; as demandas e prioridades do movimento social em um momento de ameaça aos direitos conquistados, entre outros fatores, tais planos não tiveram continuidade. Diante dessa experiência, com a paralização da agenda, suscitaram percepções e momentos

de reflexão sobre aspectos do seu processo de idealização, planejamento, execução e receptividade.

Assim, os primeiros questionamentos surgiram em relação a tecnologia escolhida; seria a fossa séptica e sumidouro a melhor solução para o esgotamento sanitário nas unidades habitacionais do programa? Esta estratégia não estaria sendo replicada tal qual é proposta nos programas de moradia urbana quando da ausência de rede coletora? Uma das primeiras hipóteses levantadas na época foi que a tecnologia, transplantada da experiência urbana para a rural, carregava incoerências com a realidade do modo de vida camponês; as particularidades do canteiro de obras e a modalidade de construção auto assistida das unidades habitacionais.

Com o decorrer do processo começaram a emergir outros fatores, associados especialmente com as limitações na realização das próprias oficinas, as estratégias de mobilização dos beneficiários e questionamentos sobre a coerência das metodologias e conteúdos abordados. O tempo disponível - tanto dos beneficiários, quanto dos facilitadores do movimento e dos voluntários da universidade - as distâncias geográficas vividas no rural; a falta de recursos financeiros e humanos; e dinâmica do programa e do movimento também influenciaram diretamente a formatação e resultados da agenda.

Todos esses fatores que emergiram dessa primeira experiência com as oficinas em saneamento despertaram a necessidade de conhecer outras tecnologias e outras formas de tratar o saneamento no campo. Como falar de soluções para o esgotamento sanitário sem conhecer e vivenciar outras possibilidades e outras tecnologias em saneamento? Essa inquietação culminou em uma busca por conhecer outras experiências rurais, que levaram a projetos sociais, grupos de estudos, centros de referência, quilombos, casas de amigos, assentamentos e acampamentos da reforma agrária, institutos, ONGs, ecovilas, entre outros grupos, com outras possibilidades e experiências para além do que era proposto

no PMC, como a fossa econômica, bacia de evapotranspiração, wetlands, banheiro seco, círculo de bananeiras, jardins filtrantes, fossa biodigestora, entre outras.

Nessa jornada das tecnologias alternativas (alternativas à solução convencionalmente adotada nos programas de habitação social – fossa séptica com sumidouro), alguns questionamentos estiveram sempre presentes: como aquelas tecnologias chegaram até ali? Quem pensou e nelas a princípio? Elas são adequadas para quem? O que, além da tecnologia, é preciso para uma “solução” de esgotamento sanitário? Os próprios termos usados já diziam muito sobre as percepções que os acompanham. Repare: uma tecnologia que propõe uma “solução”, primeiramente reconhece um “problema”.

Conhecer outras possibilidades de tecnologias em saneamento também significou conhecer outras formas de ver, outras percepções acerca do saneamento. Entre as principais correntes que permeiam os conceitos e concepções dessas tecnologias, destacaram-se: a agroecologia, as tecnologias sociais e a permacultura, cada uma com suas particularidades no Brasil.

Sabemos que o caminho é longo rumo a meta de universalização do saneamento básico proposta em nossas políticas públicas, especialmente nas áreas rurais. Tão importante quanto a visibilidade das regiões rurais nas iniciativas públicas de saneamento, está a reflexão acerca do conteúdo dessas iniciativas, que por vezes são incoerentes com a realidade vivida no rural. Ficam aqui algumas cutucadas para nossas reflexões: como abordar as vertentes do saneamento em um programa de habitação de interesse social rural? O que/quem define uma tecnologia como “adequada”?





TECNOLOGIAS SOCIAIS EM SANEAMENTO PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL RURAL EM VIANÓPOLIS-GOÍÁS

Vanessa de Paula Goncalves Rodrigues e Karla Emmanuela R. Hora

Introdução

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, também conhecida como Carta Magna, o artigo 23 trata o saneamento básico como um direito fundamental e de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Porém, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada no ano de 2015, o cenário do saneamento básico no Brasil apresenta notória desigualdade no acesso aos serviços entre as áreas urbanas e rurais.

Essa problemática se agrava mais, quando se observa que, no país, cerca de 29,9 milhões de pessoas residem em localidades rurais, totalizando aproximadamente 8,1 milhões de domicílios dos quais, grande parte, convive com a precariedade em termos de acesso ao saneamento básico adequado.

Diante dos desafios para atender as comunidades rurais em termos de oferta de saneamento básico, as Tecnologias Sociais em Saneamento são compreendidas como técnicas e metodologias desenvolvidas por meio da interação com as comunidades e vêm se mostrando como chave para o desenvolvimento do saneamento de forma eficaz, de fácil operação e manuten-



ção e promovendo a inclusão social dos grupos minoritários mediante a participação da população rural em palestras, treinamentos e formação sobre a temática.

Diante desse cenário, o objetivo geral deste estudo foi identificar tecnologias sociais adequadas para o saneamento rural, a partir do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, aplicado à realidade de famílias participantes do programa de habitação de interesse social rural articulado pelo Movimento Popular Camponês no município de Vianópolis, GO.

Metodologia

A pesquisa foi realizada na zona rural de Vianópolis, um dos municípios participantes da quarta etapa de entregas de moradias sociais do Movimento Camponês Popular (MCP).

A metodologia de pesquisa foi de caráter exploratório e qualitativo como objetivo de definir as alternativas adequadas de tecnologias sociais em saneamento, a partir do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, para habitações de interesse social rural em Vianópolis.

A pesquisa deu-se por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e dados de campo que abrangeram: levantamento das tecnologias sociais em saneamento; mapeamento dos perfis das famílias participantes do Programa Moradia Camponesa; escolha das soluções para serem aplicadas no projeto; e desenvolvimento da proposta.

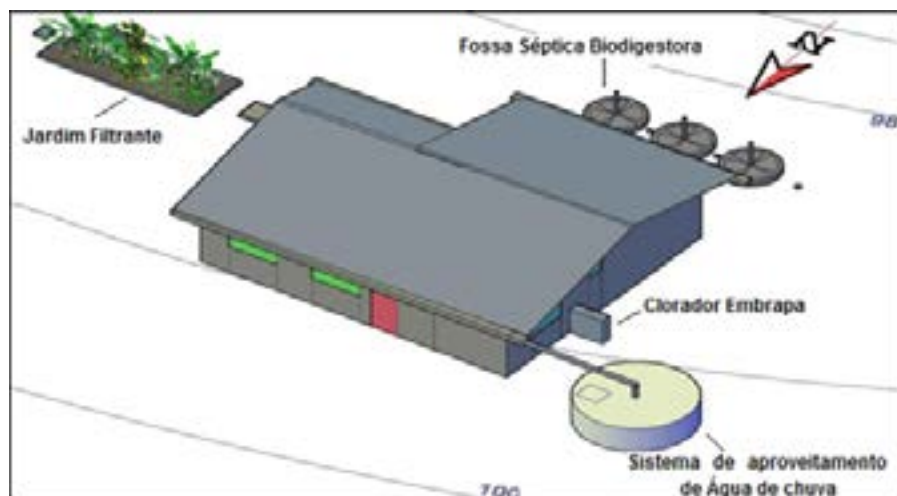
O perfil das famílias participantes da quarta etapa foi levantado através da aplicação de um questionário de perfil socioeconômico para levantar informações como: dados das famílias, renda familiar, cenário atual de saneamento básico e atividades econômicas desenvolvidas na propriedade. Este questionário, utilizado como base documental na pesquisa, foi aplicado pelo MCP durante a realização da Agro Centro-Oeste 2018 no município de São Luís de Montes Belos, onde as famílias beneficiárias de Vianópolis estavam presentes.

Resultados

O perfil dos beneficiários de Vianópolis do Programa Moradia Camponesa (PMC) na quarta etapa foi levantado pelas Fichas de Caracterização Socioeconômicas aplicadas pelo MCP com 10 famílias de Vianópolis durante os meses de abril e maio de 2018. Segundo a Ficha de Caracterização, as famílias apresentaram uma média de 3,7 moradores por habitação e uma renda média mensal entre 1 a 2 salários mínimo. As principais fontes de água utilizada pelos agricultores foram cisternas e poço artesiano. Todas as famílias destinam a água do chuveiro para a fossa rudimentar/fossa negra. O destino da água da cozinha, em 60% das famílias, é a fossa rudimentar e, 40% desviam as águas para o quintal. A água do tanque, em 55,56% das famílias, é destinada ao quintal e 44,44% são levadas para a fossa rudimentar. Todas as famílias utilizam a fossa rudimentar para destino do esgoto produzido no vaso sanitário. As Fichas de Caracterização possibilitaram, também, entender a visão das famílias sobre a relação da casa e o terreno ao seu redor. Quando solicitados que desenhassem a casa do sonho



Após a análise da caracterização das famílias e do levantamento de tecnologias sociais, indicou-se algumas soluções para abastecimento de água e esgotamento sanitário. Importante destacar que, todas as tecnologias selecionadas podem ser adotadas separadamente, de acordo com a necessidade das famílias, porém a proposta é que interligando todas no projeto de habitação tenha-se um ciclo completo da água dentro da moradia. Na Figura 2 é apresentada a visão geral de como ficará a casa com todas as tecnologias instaladas, sendo, descritas



Soluções para o Abastecimento de Água

Sistema de aproveitamento de Água de chuva

A cisterna de placa cimento de 16 mil litros desenvolvido pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), tem o formato cilíndrico é coberta, semienterrada e visa atender a uma necessidade básica da população que vive no campo: água de beber (ASA, 2018). O seu funcionamento prevê a captação de água da chuva aproveitando o telhado da casa, que escoar a água através de calhas. Para a alocação da Cisterna no terreno foi considerada a recomendação da Funasa de uma distância mínima de 10 metros de fossas, sumidouro, currais, árvores ou outros objetos podem interferir na qualidade da água armazenada.

Clorador Embrapa

Uma das principais complicações para clorar a água para o consumo das famílias rurais está na dificuldade do acesso à caixa d'água para a adição do cloro. O Clorador proposto pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é idealizado para que se aproveite a própria energia hidráulica para levar o cloro diariamente até a caixa d'água das residências. (EMBRAPA, 2014a).

O Clorador funciona com a chegada da água, a sua passagem pela estrutura de dosagem (adição do cloro granulado pelo morador), armazenamento na caixa d'água e saída para consumo doméstico.

O Clorador foi projetado para ficar próximo da caixa d'água da residência, que é instalada acima da área de acesso aos quartos e banheiro.

Soluções para o Esgotamento Sanitário:

Fossa Séptica Biodigestora

A maior contribuição do sistema de fossa séptica biodigestora é a viabilização do tratamento de esgoto doméstico e, consequentemente, a produção de resíduos com baixa incidência de coliformes termotolerantes, por ação de digestão fermen-

tativa, utilizando-se de esterco bovino como inoculante neste processo. A utilização do sistema de fossa séptica biodigestora proporciona um instrumento para o processo fermentativo de esgoto sanitário, em condições de anaerobiose (NOVAES, 2002). O sistema trata somente o esgoto do vaso sanitário, ou seja, as águas fecais, que contém grande quantidade de coliformes termotolerantes e alta demanda bioquímica de oxigênio (DBO). Para a definição do local de instalação da Fossa Séptica Biodigestora foram levadas em consideração sugestões técnicas como a declividade do terreno, pois o sistema necessita ser instalado com um desnível de aproximadamente 40 centímetros da saída de esgoto da casa.

Jardim Filtrante.

A tecnologia de Jardim Filtrante consiste em uma área alagada construída, o qual representa ecossistemas artificiais com tecnologias que utilizam os princípios básicos da capacidade de descontaminação da água por áreas alagadas naturais (várzeas, manguezais, etc.), com a finalidade de depurar a água cinza. Esse sistema foi adaptado a fim de complementar o tratamento de esgotos nas áreas rurais, uma vez que a Fossa Séptica Biodigestora não trata a água consumida na lavanderia, cozinha e durante o banho (EMBRAPA, 2014b). Durante a definição do local de instalação da solução, foi utilizada a planta da casa e sua alocação foi feita ao lado na cozinha e área de serviço, não demandando assim maiores gastos para levar as tubulações da casa até o local de instalação do jardim.

Conclusões

As habitações sociais têm por finalidade superar o déficit habitacional. Embora o acesso à moradia seja um direito universal, a realidade socioeconômica faz que essa necessidade não possa ser satisfeita por muitos indivíduos, assim, o Estado é de-

mandado para garantir e efetivar esse direito. Entretanto, para além do direito de morar, o direito de ter acesso aos serviços básicos de saneamento também deve ser zelado, não obstante, a realidade encontrada no interior de Goiás revela que muitos obstáculos precisam ser superados em termos de oferta de serviços e alternativas tecnológicas em saneamento rural. Os problemas encontrados para levar saneamento adequado às comunidades rurais demonstram a necessidade de políticas públicas direcionadas ao atendimento das necessidades desses povos que levem em consideração as especificidades do meio rural considerando tanto os aspectos físico ambientais como socioculturais.

É importante ressaltar que a construção de moradias no meio rural requer um olhar diferente frente ao padrão de construção seriado das Habitações de Interesse Social na cidade. A moradia rural integra as atividades humanas em sua totalidade e faz da casa um elemento fundamental dos territórios rurais e das relações, devendo ser entendida para além do objeto edificado casa; deve-se levar em consideração sua relação com o entorno, o que torna fundamental a existência de investimentos para lazer, sociabilidade e infraestrutura (abastecimento de água, energia elétrica, redes de telefonia, serviços de internet, postos de saúde, creches, escolas, transporte público). Isto posto, as Tecnologias Sociais em Saneamento podem ser utilizadas como ferramentas para que mesmo diante das dificuldades de trabalhar o saneamento na zona rural, essas pessoas tenham seus direitos básicos atendidos. É importante ressaltar que a heterogeneidade do meio rural demandando formas particulares e personalizadas de intervenção em saneamento básico. Assim, não só a implementação das tecnologias sociais deve ser pensada como também sua manutenção e como essas tecnologias serão integradas às práticas familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASA - Articulação Do Semiárido Brasileiro. Programa Um Milhão de Cisternas 2018.

AUTORAS E AUTORES

Ana Carolina de Oliveira Marques

Doutora em Geografia. Professora da UEG. Pesquisadora do grupo “Espaço, Sujeito e Existência” (UFG). Membro do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino Secretária da Associação dos Geógrafos Brasileiros/ Seção Goiânia.

Camilo Vladimir de Lima Amaral

Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFG, vice-coordenador do Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade, coordenador do Laboratório de Processos de Projeto, com interesse de pesquisa em como a arquitetura reproduz relações sociais através de fetiche, retificação e fantasias.

Carolina Ferreira da Fonseca

Professora da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, atuante no grupo de pesquisa Entrópicos, e no projeto de Extensão Escritório Público de Arquitetura, Urbanismo e Design. Idealizadora da Fazenda Fortaleza: núcleo de experiências estético ambientais.

Eguimar Felício Chaveiro

Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás. Coordenador do grupo de pesquisa Dona Alzira - Espaço, Sujeito e Existência. Membro da AGB- Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Karla Emmanuela Ribeiro Hora

Arquiteta-Urbanista. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Diretora da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da UFG, docente nos Programas de Pós-Graduação Projeto e Cidade e PPG Ciências Ambientais. Membro da Rede de Estudos Rurais.

Luciana Helena Alves da Silva

Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFG Regional Goiás
Doutoranda UFG/IESA Programa de Pós-Graduação em Geografia membro do LABOTER Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais

Milena d´Ayala Valva

Arquiteta e urbanista, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás e do PPGS- Dinâmicas Territoriais e Expressões Culturais no Cerrado – TECCER/UEG. Membro do Grupo de Pesquisa Cidades, Sistema e Habitar.

Pedro Dultra Britto

Arquiteto-urbanista, mestre em planejamento e ambiente, doutor em processos urbanos contemporâneos. Atua na Universidade Federal de Goiás como professor no curso de arquitetura e urbanismo e no programa de pós graduação Projeto e Cidade. É fundador do Escritório Público de Projetos “ZÉU”, coordenador do grupo de pesquisa Entrópicos e do curso de arquitetura e urbanismo da unidade de Goiânia/UFG.

Sara Duarte Sacho

Doutoranda em Ciências Ambientais na UFG. Integrante do Projeto Water-Waste-Energy-Food-NEXUS. Integrante do Labiogás UFG

Thiago de Araújo Costa

Geógrafo, Doutor em Projeto, Espaço e Cultura (FAU/USP). Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade da Universidade Federal de Goiás, com apoio de Bolsa DocFix (FAPEG/Capes)

Habitar o campo : experiências e reflexões

Organização: Carolina Ferreira da Fonseca, Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Camilo Vladimir de Lima Amaral, Pedro Dultra Britto, Thiago de Araújo Costa

Editora Trilhas urbanas

Goiânia

2019

1ª edição

120 páginas

300 exemplares

ISBN: 978-85-94425-32-4

Projeto gráfico

Carolina Ferreira da Fonseca

Fotografias

João Pedro Felix Ortiz Camargo

Karla Emmanuela Ribeiro Hora

Thiago de Araújo Costa

editoratrilhasurbanas@yahoo.com

+55. 62. 9.9968.3646

